

Mariana de Oliveira Wayhs

**O EFEITO BRUXA NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO CRIANÇA:
A ESCOLA E O CALDEIRÃO DO SILÊNCIO**

Dissertação de Mestrado do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dra. Elizabeth Fontoura Dorneles

Cruz Alta-RS, Março 2016

Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ
Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social / Mestrado

**O EFEITO BRUXA NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO CRIANÇA:
A ESCOLA E O CALDEIRÃO DO SILÊNCIO**

Elaborado por:

Mariana de Oliveira Wayhs

Como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Práticas Socioculturais e
Desenvolvimento Social.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Elizabeth Fontoura Dorneles _____ UNICRUZ
Prof^a. Dra. Amanda Eloina Scherer _____ UFSM
Porf. Dr. Antonio Escandiel de Souza _____ UNICRUZ

Cruz Alta ____ de _____ de 2016.

À minha avó Maria Inove (*in memoriam*)
À minha mãe Daniela
Ao meu marido Pablo
Aos meus filhos Francisco e Lucas
Aos meus irmãos João Pedro, Luiza e Tatiana

AGRADECIMENTOS

À energia vital que move o universo, o amor, sentimento de Deus que se exterioriza na sua criação, nos caminhos da evolução.

À minha melhor amiga e avó Ivone (*in memoriam*), que foi os meus próprios pés nessa jornada e partiu durante realização desta pesquisa, deixando grandes ensinamentos e saudades.

Ao meu avô Daniel (*in memoriam*), de quem herdei o gosto pela escrita e amor pelas letras.

Aos meus avós Gertrudes (*in memoriam*) e Elimar (*in memoriam*), aos quais sou grata por tornarem possível essa caminhada.

Ao meu pai Leo (*in memoriam*), que mesmo distante sempre se fez presente, contribuindo com tudo o que pode para minha formação. Seu exemplo de generosidade e simplicidade ficou em mim.

À minha amada mãe Daniela, por ser meus olhos nesse mundo, me guiando sempre por caminhos seguros e garantindo que eu jamais desista dessa busca pelo conhecimento. A desistência de seus projetos pela realização dos meus será recompensada, mãe! A sua garra e força me mantêm em pé.

Ao meu amado marido Pablo, por ser meu pulmão nessa caminhada, não deixando faltar ar nos momentos traiçoeiros que vivi nos últimos tempos. Obrigada por permitir que esse projeto se tornasse real, cuidando dos nossos maiores tesouros para a concretização dele.

Aos meus filhos Francisco e Lucas, que fizeram da minha vida uma fonte de luz e inspiração constante, dando a cada dia o verdadeiro sentido dessa passagem pela terra.

Ao meu irmão João Pedro, meu segundo cérebro. Suas ideias motivam as minhas, sua existência faz o meu mundo valer a pena.

À minha irmã Luiza, pelo seu amor incondicional e amizade. Seu jeitinho de ser anima o meu espírito e ilumina os meus dias.

À minha irmã Tatiana, que me traz paz, alívio nos desafios diários, purificando as energias com sua presença de luz.

Ao meu melhor amigo William, pelo privilégio de contar com o seu carinho e atenção.

Ao meu tio Régis, pela sua dedicação à minha educação e formação humana. Sem o seu empenho jamais teria ingressado no Ensino Superior.

Ao meu tio Rogério, que sempre me desafiou a buscar mais e acreditou no meu potencial.

À minha tia Regina, por estar sempre pronta a emprestar o ouvido e grandes conselhos quando precisei compartilhar minhas angústias e descobertas nessa caminhada.

À minha sogra Mariângela, que mesmo distante contribui com o que pode para a concretização desse sonho.

Ao meu sogro Olinto, que estendeu a mão em todos os momentos.

À minha tia Cheia e prima Lidi, pelo carinho, incentivo e valorização do meu processo de busca pelo conhecimento.

À minha tia Nega, pela generosidade e amor, virtudes que tornaram possível a finalização do Mestrado.

Ao meu grande amigo, Jeison, que muito contribuiu com o meu processo de busca pelo conhecimento.

À minha amiga Fabiane Verissimo, que me acompanha nessa jornada pelo ensino superior desde o início, contribuindo com seu carinho e sabedoria para a minha formação. Esse grande projeto, Profissão Catador, conta com suas grandes ideias.

À minha orientadora Professora Elizabeth, que, mais uma vez, aceitou guiar meus estudos. Seus ensinamentos vão muito além do mundo das Letras. Com você aprendi sobre a vida, sobre o nosso papel na ciência enquanto agentes sociais, agentes de mudanças sociais.

Ao Professor Antonio Escandiel Souza, que me apresentou a Linguística e motivou minha paixão pelas Letras. Além de grande Mestre, foi meu anjo da guarda e não me deixou desistir da Faculdade de Letras e do Programa de Mestrado.

À Professora Carla Tavares, que, no Ensino Fundamental, contou uma história que iniciava em “Era uma vez.” Minha vida se tornou bem mais interessante a partir daquele momento. Hoje, minha professora no Mestrado, continua promovendo o meu encanto pela Literatura Infantil.

À Professora Amanda Scherer, pelas valorosas contribuições para essa pesquisa.

Aos demais professores do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Unicruz, por promoverem uma mudança radical nos direcionamentos das minhas pesquisas. Hoje acredito na ciência como meio de emancipação social. Sei que não podemos mudar o mundo como um todo, mas podemos e devemos mudar o mundo de alguém.

Aos queridos colegas que compartilharam experiências e saberes fundamentais para a construção do que sou hoje. Em especial, deixo meus sinceros agradecimentos aos meus grandes amigos Clarissa, Alex, Cinara, Jaque e Sílvia.

Aos funcionários da Unicruz. Sem esses grandes profissionais, que lutam diariamente pela perfeição dos serviços prestados por essa instituição, nada seria possível.

Aos sempre colegas e amigos do Núcleo Integrado de Comunicação da Unicruz, com os quais compartilhei momentos fundamentais dessa busca.

À equipe do Projeto Profissão Catador, pela permissão para a realização da pesquisa e auxílio em todos os momentos necessários.

À professora e queria prima Isadora Virgolin, uma das idealizadoras e coordenadoras do Projeto Profissão Catador, que um dia acreditou que poderia utilizar o conhecimento para modificar a vida dos catadores, e conseguiu. Obrigada por proporcionar meu encantamento pelo projeto e oportunizar essa pesquisa.

Às catadoras, pela atenção e permissão para entrevistar seus filhos.

Às crianças entrevistadas, pelo privilégio de conhecê-las melhor e estudar seus discursos.

Aos meus queridos professores da Graduação em Comunicação Social e Letras e da Especialização em Linguística e Ensino de Línguas e da Literatura. Sem vocês jamais chegaria até aqui.

À Márcia Faccin e às almas iluminadas do Mãos de Luz, com quem estou aprendendo o real sentido da vida.

À Unicruz, por proporcionar a realização de mais um sonho na minha história e ser a ponte entre minhas maiores buscas e a conquista delas.

“Aos outros eu dou o direito de serem como são, a mim, dou o dever de ser cada vez melhor.”

Chico Xavier

RESUMO

O EFEITO BRUXA NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO CRIANÇA: A ESCOLA E O CALDEIRÃO DO SILÊNCIO

Autor: Mariana de Oliveira Wayhs

Orientador: Prof^a Dr^a. Elizabeth Fontoura Dorneles

A constituição do sujeito criança na relação com a personagem Bruxa dos contos de fadas é o tema deste estudo. O objetivo central da pesquisa é desvelar o funcionamento discursivo a partir da análise dos efeitos de sentido constituídos na relação personagem Bruxa / sujeito criança. A materialidade de análise consta de entrevista semiestruturada com crianças de 6 a 11 anos, filhos dos catadores do Projeto Profissão Catador da UNICRUZ, gravação dos áudios e transcrição, para a formação do arquivo do analista. Partindo das sequências discursivas selecionadas, são aplicados os procedimentos teórico-metodológicos da Análise de Discurso Francesa (AD) e essa disciplina permite um redirecionamento no estudo que, inicialmente, buscava entender se o Halloween representava um processo perigoso de aculturação para a sociedade interiorana do Rio Grande do Sul. Ao aprofundarmos os estudos discursivos, descobrimos que a Bruxa do Halloween não existe nas condições de produção das crianças entrevistadas, que se filiam à Formação Discursiva da Bruxa demoníaca da inquisição, uma metáfora para o temor do Aparelho Ideológico de Estado Escola.

Palavras-chave: Análise do discurso. Efeito Bruxa. Cultura. Sociedade moderna. Criança.

ABSTRACT

WITCH EFFECT IN THE CONSTITUTION OF THE CHILD SUBJECT: SCHOOL AND THE CAULDRON OF SILENCE

Author: Mariana de Oliveira Wayhs
Advisor: Prof^a Dr. Elizabeth Fontoura Dorneles

The constitution of the subject child in relation to the character of fairy tales Witch is the subject of this study. The main objective of the research is to reveal the discursive functioning based on an analysis of the effects of meaning constituted in relation Witch character / subject child. The analysis of materiality consists of semi-structured interviews with children 6-11 years children of the Catador Job Design collectors of UNICRUZ, recording of audio and transcript for the formation of the analyst's file. Starting from the discursive sequences selected are applied the theoretical and methodological procedures of the French Discourse Analysis (AD) and this course allows a redirect in the study who initially sought to understand the Halloween represented a dangerous process of acculturation to the provincial society of Rio Grande do Sul. To deepen the discourse studies, we found that the witch Halloween there to the outskirts of children, which joins the Discursive Formation of demonic witch inquisition, which serves as a metaphor for the fear of the Ideological State Apparatus School .

Keywords: Discourse analysis . Effect Witch . Culture. Modern society. Child.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 1. O CALDEIRÃO DAS TEORIAS..... | 17 |
| 1.1 Conceitos da AD..... | 17 |
| 1.1.1 Considerações sobre o interdiscurso e intradiscurso..... | 18 |
| 1.1.2 Sujeito, sentido e Formações discursivas..... | 19 |
| 1.1.3 Condições de produção | 21 |
| 1.1.4 Psicanálise e Materialismo Histórico..... | 22 |
| 1.2 Práticas mágicas, bruxaria e cultura..... | 23 |
| 1.2.1 Algumas concepções de cultura..... | 24 |
| 1.2.2 O conhecimento e as interfaces da cultura..... | 25 |
| 1.2.3 A dualidade cultural..... | 25 |
| 1.2.4 Ideologia e cultura: parceiras inseparáveis..... | 26 |
| 1.2.5 Proximidades e distanciamentos entre as concepções de cultura..... | 27 |
| 1.2.6 A Cultura e a Magia: um breve percurso até a era Cristã..... | 28 |
| 1.2.7 Conhecimento, dualidade e ideologia: olhares para as práticas mágicas como cultura | 29 |
| 2 ALGUNS RITUAIS DO ANALISTA EM AD: METODOLOGIA..... | 32 |
| 2.1 A pesquisa em ciências sociais..... | 32 |
| 2.2 Ponto de partida: a formação do arquivo do analista..... | 34 |
| 2.3 O analista em AD: alguns princípios teórico-metodológicos..... | 35 |
| 2.3.1 O analista: do texto ao discurso..... | 36 |
| 3 A UNIVERSALIZAÇÃO E A PERIFERIA COMO RESISTÊNCIA..... | 38 |
| 3.1 Efeito global e produção de informações..... | 39 |
| 3.2 A incorporação do Halloween na sociedade interiorana do Rio Grande do Sul.... | 41 |
| 3.3 O sujeito pesquisado: uma forma de resistência ao Halloween..... | 42 |
| 4 RELAÇÃO SUJEITO CRIANÇA/PERSONAGEM BRUXA: OLHARES PARA O ARQUIVO DO ANALISTA..... | 44 |
| 4.1 Sujeito e identidade..... | 44 |

| | |
|--|----|
| 4.2 A criança e a Bruxa: a legitimação da paráfrase – PS1 | 45 |
| 4.2.1 A conduta social da Bruxa..... | 46 |
| 4.2.2 A criança e a Bruxa: um convite à fantasia..... | 48 |
| 4.2.3 O escuro e a feiura: outros pilares da Bruxa demoníaca..... | 50 |
| 4.3 Silenciamento e fala - PS2 | 51 |
| 5 A LÍNGUA QUE CALA É A BRUXA QUE FALA | 54 |
| 5.1 A língua que a Escola comeu | 57 |
| 5.2 Jogando o último ingrediente no caldeirão: o funcionamento discursivo | 58 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 61 |
| REFERÊNCIAS | 64 |

INTRODUÇÃO

Magia, encantamento, soluções mágicas para problemas tão reais, tão presentes na vida das crianças. A possibilidade de encontrar novos sentidos para a própria existência, a partir da literatura infantil, sempre me causou grande inquietude. Os contos de fadas sempre tiveram lugar de destaque em minhas preferências, justamente pela riqueza dos enredos, envoltos de mistérios a serem desvendados, obstáculos a serem superados.

Esse impulso infantil motivou uma aproximação constante com essas narrativas, bem como a curiosidade acerca do que representavam para além dos textos. Quando finalizava uma leitura, em vários momentos da minha vida, meus pensamentos não ficavam fechados naquele contexto, voavam buscando associações com a realidade, relações com situações do dia a dia que poderiam ser superadas a partir da esperança de um final feliz para sempre. Final feliz que não aconteceria a qualquer custo, mas com uma busca incessante por superação.

Na oportunidade de investigar cientificamente essa vivência pessoal, ao deparar-me com a Análise de Discurso Francesa (AD¹), percebi que os referidos contos poderiam ter o mesmo efeito para outras crianças. Então, comecei a estudar os procedimentos teórico-metodológicos dessa disciplina de interpretação a fim de tentar entender como essas narrativas repercutem no imaginário infantil, refletindo em suas práticas discursivas.

Ao falar o sujeito se significa, constitui a sua identidade, segundo Orlandi (1996, p. 28). O discurso, dessa forma, acontece na prática da linguagem e não existe sem o sujeito, incompleto e assujeitado, o qual deixa nas marcas linguísticas traços da sua identidade. O sujeito inscrito numa Formação Discursiva não é o indivíduo, mas o efeito do coletivo constituído em determinadas condições de produção.

O peso das vivências afeta as atitudes. Por isso, avaliar a percepção da criança de hoje em relação à personagem Bruxa torna-se relevante já que faz parte da constituição do sujeito, de sua formação cultural a partir de um ideal binário, do isto ou aquilo, do bom ou do mau, ideal predominante na sociedade moderna.

¹ Toda vez que utilizar a sigla AD estarei me referindo à Análise do Discurso Francesa.

Refletir sobre as posições-sujeito da criança acerca da Bruxa, tomando como base o deslocamento de sentido da Bruxaria na Idade Média e os efeitos importados juntamente com o Halloween para a sociedade interiorana do Rio Grande do Sul foi a intenção inicial dessa pesquisa, que teve um desfecho surpreendente.

Levando em consideração que o “sujeito é um lugar de significação historicamente constituído” (ORLANDI, 1996, p.37), analisar a Formação Discursiva da Criança, sua historicidade e atitude subjetiva, é uma análise que clama por respostas e pode contribuir com diversas áreas, pois a infância é o pilar fundamental da constituição do sujeito.

A escolha da Bruxa para essa análise encontra justificativa na afirmação de Bettelhiem (1996) sobre os contos de fadas, pontuando-os como leituras extremamente saudáveis, já que apresentam soluções de forma simbólica para o enfrentamento de problemas. Considerando que a personagem escolhida concentra uma carga de obstáculo entre o desejo e a dificuldade de alcançá-lo, entre o possível e o impossível, entre a inércia frente ao medo e a coragem de enfrentá-lo, a investigação sobre o que a Bruxa reflete no imaginário infantil é um terreno fértil.

A grande questão norteadora dessa investigação foi, inicialmente, “Qual o funcionamento discursivo na constituição do sujeito criança a partir das representações da personagem Bruxa introduzidas pela incorporação do Halloween aos eventos festivos infantis no interior do Rio Grande do Sul?” Questionamento do qual partimos com o objetivo de desvelar o funcionamento discursivo a partir da análise dos efeitos de sentido constituídos na relação personagem Bruxa / sujeito criança. Além disso, buscávamos investigar se o sujeito criança identifica no Halloween uma mudança de percepção acerca da Bruxa, refletir sobre os efeitos de sentido da Bruxaria para as práticas socioculturais da sociedade interiorana do Rio Grande do Sul, verificar a inscrição de sentidos no interdiscurso relativo à Bruxaria e analisar o percurso dos sentidos da designação Bruxa na formação social interiorana do Rio Grande do Sul.

A fim de chegarmos ao arquivo do analista, à materialidade linguística analisada, utilizamos a entrevista semiestruturada com crianças entre 6 e 11 anos, pertencentes às famílias do Projeto Profissão catador da Universidade de Cruz Alta. O áudio foi gravado e transcrito. As sequências discursivas foram analisadas a partir dos procedimentos teórico-metodológicos da AD, levando a direcionamentos não imaginados no início do projeto, conforme veremos adiante.

Considerando que o PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta “visa à potencialização de saberes e teorias que permitam

aprofundar a leitura da região para a promoção de práticas de intervenção social” e com base na proposta da linha de pesquisa “Linguagem, Comunicação e Sociedade” que “tem como objetivo discutir aspectos interdisciplinares relacionados a questões que envolvem a linguagem em seus múltiplos aspectos, bem como questões sociais e culturais que permeiam o contexto contemporâneo”, definimos realizar a pesquisa com os filhos dos Catadores do Projeto Profissão Catador da Universidade de Cruz Alta. Essa escolha parte da necessidade de ações que evidenciem ainda mais esse projeto, tendo em vista sua importância para as comunidades beneficiadas pela geração de emprego e renda, em decorrência da profissionalização e valorização do catador.

O Projeto de Extensão “Profissão Catador II” da Universidade de Cruz Alta, patrocinado pelo Programa Petrobras Socioambiental, “contribui com a construção de alternativas coletivas para a organização dos Catadores de Cruz Alta, através da criação de associações para a coleta, separação, armazenamento e comercialização de materiais recicláveis.”² Segundo a Assessoria de Comunicação:

A segunda edição do Projeto, aprovada pela Universidade de Cruz Alta no ano de 2014, tem como finalidade constituir uma rede de comercialização de materiais recicláveis, fortalecendo a organização econômica e social dos catadores do município de Cruz Alta e expandindo o trabalho de organização da atividade de catação para os municípios de Tupanciretã, Júlio de Castilhos e Salto do Jacuí. Tal proposta deriva de projetos de extensão desenvolvidos pela Unicruz desde o ano de 2006, dentre os quais do Projeto Profissão Catador I, patrocinado desde 2010 pelo Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania. Através da implantação do Profissão Catador I foram criadas e organizadas no município de Cruz Alta quatro associações de catadores nos Bairros: Funcionários, Acelino Flores, Jardim Primavera 2 e Planalto. Ainda, foi criada a CENCOR (Central Regional de Comercialização de Recicláveis), com o objetivo de fomentar esta comercialização através da negociação com as indústrias que reciclam materiais coletados pelos catadores. A partir daí houve um aumento significativo na renda dos trabalhadores, além das novas adesões de associados junto ao projeto.

O novo contrato de patrocínio com o Programa Petrobras Socioambiental, firmado em 2014, o Projeto Profissão Catador II, prevê o fortalecimento das associações já constituídas e a expansão do projeto com capacitações, compra de materiais de trabalho, mais instalações com maquinário para a realização das atividades.

Desde 2013, o projeto conta com um convênio da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal. Além disso, a Assessoria de Comunicação salienta que:

² As informações referentes ao Projeto Profissão Catador foram obtidas por meio de contato com a Assessoria de Comunicação e blog do Projeto.

A Universidade de Cruz Alta e as demais instituições e entidades parceiras têm agido no sentido de fortalecer as iniciativas de coleta seletiva solidária, nas quais os catadores protagonizam os processos de organização para geração de trabalho e renda. Essas articulações colaboram na viabilização do compromisso com a realidade social regional e com as exigências societárias, no que se refere à contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico, social e a defesa do meio ambiente.

Contribuir com desenvolvimento das comunidades atingidas pelo Projeto Profissão Catador, dando voz às crianças que pertencem às famílias dos catadores, passou a ser uma das grandes finalidades dessa investigação ao nos depararmos com uma realidade preocupante, apontada anteriormente. Já no início das entrevistas constatamos a condição de silenciamento das crianças, fazendo com que o nosso objetivo inicial fosse reorientado para a análise dos efeitos de sentido dessa ausência de “voz”.

A primeira parte dessa dissertação ocupa-se da revisão de conceitos que são importantes “ingredientes” para o estudo, a partir de definições específicas da AD e seus autores: Pêcheux (1990, 1993, 1995), Orlandi (1996, 1999, 2003), Althusser (1985), Dorneles (1998), Indursky (2003) e Coracini (2007). Também, propomos uma reflexão sobre os deslocamentos de sentido acerca da magia em diferentes momentos históricos, especialmente até o início da era Cristã, com base nas influências culturais de cada período, a fim de percorrermos alguns, dentre vários acontecimentos, que deram às feiticeiras e camponesas o título de Bruxas e o espaço de ponte entre a humanidade e o demônio. Para isso, contamos com as concepções de Santos (1994), Bauman (2012) e Escobar (1979) sobre cultura. O estudo também tem como autores Rony (1957), Nogueira (1991) e Calado (2005), para trilharmos uma breve trajetória da Magia na história, e Davallon (1999), com sua definição de memória coletiva.

A segunda parte dessa investigação é a explicitação dos procedimentos teórico-metodológicos do trabalho, que tem como ponto inicial os desafios da pesquisa em ciências sociais, além da explicação do método de investigação (entrevista semiestruturada, gravação de áudio e transcrição) e de análise, a partir da AD. Os teóricos presentes são: Orlandi (1993, 1996 e 1999), Chizzotti (2013), Minayo (2012), Pêcheux (1995) e Dorneles (1998).

A terceira parte se concentra nos mecanismos de entrada de culturas hegemônicas, como o Halloween, na nossa sociedade, por meio de diversas materialidades midiáticas, como imposição de costumes, resultado do efeito global e, em contrapartida, apresentamos a realidade do sujeito pesquisado como resistência a esses processos universalizantes. Os

autores que sustentam essa investigação são Canclini (1999), Bauman (1999), Silverstone (2002), Santos (2004), Souza Santos (2006), Rodrigues (1997), Hall (1998), Sabato (2008) e Webler (2010) e suas percepções sobre mídia, sociedade, Globalização e condições de produção.

O quarto capítulo ocupa-se do desvendamento das sequências discursivas, a partir dos procedimentos teórico-metodológicos da AD. As análises apontam para duas Posições-sujeito: PS1 – Bruxa demoníaca e PS2 - Silenciamento e fala. Os estudos estão ancorados nos teóricos Pêcheux (1995), Orlandi (1995 e 1999), Dorneles (1998), Scherer (2007), Coracini (2007), Indursky (2003) e Santos (2004).

No último capítulo temos uma Bruxa que fala através de condições de produção que calam, realidade que motivou reflexões acerca da língua imaginária e língua fluida. Também, apresentamos o funcionamento discursivo. Para isso, contamos com Orlandi (1988 e 1995), Escobar (1979), Dorneles (2011), Petri (2011), Coracini (2007), Sherer (2007) Pêcheux (1993).

As marcas da história estão tatuadas no sujeito e seus discursos coexistem em universos presentes e passados. Tempo e espaço, espaço e tempo se modificam, resistem e persistem na memória do sujeito, por meio de algo que conhecemos como cultura, para fazer com que ele exista e produza sentidos, como é possível perceber no estudo proposto.

1. O CALDEIRÃO DAS TEORIAS

Pitadas de Análise do Discurso, pequenas poções das teorias sobre cultura e ingredientes poderosos, capazes de transformar mulheres em demônios. Esse caldeirão é uma mistura de conceitos importantes para nossa pesquisa, já que para AD somos sujeitos na história, reféns da ideologia e do inconsciente, e por isso precisamos retomar alguns passos da humanidade para lembrarmos o poder das forças sociais e culturais que jogam na fogueira, moldam padrões de comportamentos, definem quem vive e como se deve viver.

Ao refletir sobre essa poderosa arma que move o mundo, a ideologia, Pêcheux mostra que os textos não são transparentes, temos a exterioridade incidindo sobre eles e produzindo sentidos. E sendo a cultura parcela fundamental na historicidade dos textos, propomos, além das revisões em AD, imersões nas teorias que evidenciam o que é cultural como constitutivo do sujeito, como algo que amarra e desenha as relações sociais, como veremos nesse capítulo.

1.1 Conceitos da AD

Ao fundar a AD, Pêcheux sugere que as ciências, especialmente a Linguística, a História e a Psicanálise se encontrem, deixando um espaço para discussão que é chamado de “entremeio” cujo objetivo é estudar o discurso. Segundo Pêcheux (1990, p. 48):

Em história, em sociologia e mesmo nos estudos literários, aparece cada vez mais explicitamente a preocupação em se colocar em posição de entender esse discurso, a maior parte das vezes silencioso, da urgência às voltas com os mecanismos de sobrevivência; trata-se para além da leitura dos Grandes Textos (da Ciência, do Direito, do Estado) de se pôr na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido [...]

Orlandi (1996, p.25) ressalta que a AD trabalha nesse entremeio, promovendo uma ligação, “mostrando que não há separação estanque entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva e que essa linguagem é tomada como mediação, uma ação que constitui identidades.”

Sujeito e exterioridade são analisados no discurso como efeito de sentido entre interlocutores, ou seja, não importa a intenção do autor ao proferir seu discurso, mas o efeito de sentido que o discurso produz no encontro com o sujeito. Nessa perspectiva, Orlandi (1996, p. 27) ressalta que:

O social para AD não é correlato, é constitutivo. Isto é, não há uma correlação entre estrutura da língua e da sociedade, pois o que há é uma construção conjunta do social e do linguístico. Melhor ainda, define-se o discurso como objeto social cuja especificidade está em que sua materialidade é linguística.

A AD considera que na produção de sentido se produz o sujeito e essa produção está intimamente ligada a sua relação com a exterioridade. Por isso, a contradição é constitutiva do sujeito já que pode manifestar diferentes posições em seu discurso.

Essas posições transitam dentro de uma Formação Discursiva (FD) determinada, “que autoriza certos discursos e impede outros” (INDURSKY, 2003, p.102). Dessa forma, a FD apresenta-se como espaço da reformulação-paráfrase, ou seja, onde o pré-construído é acolhido e reconfigurado numa formulação que irá inscrever-se no interdiscurso” (DORNELES, 1998, p. 45).

1.1.1 Considerações sobre o interdiscurso e intradiscurso

Tendo em vista que em AD sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, o analista precisa entender a relação da exterioridade com o sujeito, pois “a escuta discursiva deve explicitar os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação dos sujeitos, suas filiações de sentidos: descrever a relação do sujeito com sua memória” (ORLANDI, 1999, p. 60).

Nesse processo está o interdiscurso, espaço pré-consciente de organização do repetível. Enquanto pré-construído é o “lugar dos elementos de saber, que podem ter sido constituídos em outras FDs e acolhidos nessa FD específica” e enquanto discurso transversal “atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos”, configurando-se em um “fio que atravessa esse conjunto de saberes sobredeterminando elementos da formulação” (DORNELES, 1998, p. 46).

O interdiscurso é o saber discursivo, enquanto o intradiscurso é o momento em que o sujeito faz a passagem no plano do inconsciente. É uma etapa onde os sentidos ainda não estão explicitados. Já o interdiscurso é o instante do reconhecimento de sentidos que existem

em seu interior. Assim, o sujeito só pode entrar nos processos discursivos baseado no que já existe e nas projeções que faz do interlocutor com o qual estabelece comunicação.

“No intradiscurso, lugar onde se dá a particularização de todo o dizível, atuam as diferentes posições-sujeito que coexistem numa FD” (DORNELES, 1998, p. 47). Essas posições diversas, fruto da polissemia, garantem que os sentidos não sejam estabilizados.

O processo de ressignificação do sujeito acerca daquilo que já viveu acontece no interdiscurso, que se configura como uma conta onde depositamos tudo aquilo que apreendemos a partir das mais variadas experiências de vida. É dessa conta que sacamos os subsídios necessários para a sobrevivência e manutenção do nosso discurso. Já as possibilidades de transição dos sentidos contidos nessa “poupança” são da instância do intradiscurso, local onde se constituem os enunciados, processo inconsciente, onde não se almejam significados, pois o sujeito não percebe essas movimentações de sentido que desembocam na articulação de seu discurso.

A exterioridade constitutiva reside no interdiscurso e remete à formação ideológica já que compõe a relação real / realidade do discurso, “sendo o real função das determinações históricas que constituem as condições de produção materiais e a realidade a relação imaginária dos sujeitos com essas determinações” (ORLANDI, 1996, p. 39).

Para Pêcheux (1995, p. 147), o discurso só é possível por meio da conexão entre língua e história, junção que produz a sensação de realidade, ligada à ideologia:

a objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com o dominante” das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução / transformação que constitui a luta ideológica de classes.

Nessa relação contraditória da reprodução / transformação coexistem interdiscurso e intradiscurso, costurando a relação sujeito / sentido / formações discursivas, a partir de determinada formação social que reflete a formação ideológica.

1.1.2 Sujeito, sentido e Formações discursivas

O sujeito formula seu discurso afetado pelo inconsciente e ideologia (INDURSKY, 2003, p. 102). Nesse sentido, Orlandi (1999, p.60) ressalta que:

Os sentidos e os sujeitos se constituem em processos em que há transferências, jogos simbólicos dos quais não temos o controle e nos quais o equívoco – o trabalho da ideologia e do inconsciente – estão largamente presentes.

Orlandi (1996, p.28) afirma que ao se comunicar, ou seja, ao falar o sujeito se significa, o que faz recorrência à ideia de movimento e ideologia. Conforme Pêcheux (1990, p. 31):

Nesses espaços discursivos [...] supõe-se que todo o sujeito falante sabe do que se fala, porque todo o enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem transparentemente, em uma descrição adequada do universo (tal que este universo é tomado discursivamente nesses espaços).

A historicidade e ideologia são responsáveis por condutas e saberes que acontecem no discurso e resultam na construção de Formações Discursivas, pois “sujeito e sentido, ao se constituírem, o fazem na relação entre o mundo e a língua, expostos ao acaso e ao jogo, mas também à memória e à regra” (ORLANDI, 1996, p. 141).

Indursky (2003, p. 103) explica que os saberes que antecedem o discurso estão localizados no interior de uma estrutura vertical, “seja ela a FD que afeta o sujeito do discurso ou o interdiscurso”. Esses saberes também existem em uma estrutura horizontal, o intradiscurso, onde se configura a formulação do sujeito: “vale dizer que o enunciado remete para a existência vertical da estrutura e a formulação para sua existência horizontal”.

Sujeito e sentido se confundem, pois o mesmo sujeito apresenta diferentes posições-sujeito que transitam dentro de uma mesma FD, instaurando a polissemia. Dessa multiplicidade de sentidos decorrem as contradições a partir das quais é possível chegar ao funcionamento discursivo.

Portanto, nessa relação sujeito-sentido-formações discursivas, o sujeito acredita na completude e unidade do discurso que profere, pois ele se inscreve em uma formação discursiva determinada, conduzida pela formação ideológica a qual está assujeitado.

Tendo em vista que as formações discursivas são um palco de atuação das formações ideológicas, podemos dizer que estão subordinadas ao que Althusser (1985, p. 68) reproduz como Aparelhos Ideológicos do Estado (AIEs), conceituando-os como “um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas”. Instituições estas que tentam definir o que pode/deve ser dito no espaço de uma formação social dada. São elas: as igrejas, escolas públicas e privadas, a família, o

judiciário, o sistema político, o sistema sindical, a imprensa, as instituições culturais, conceituações que serão aprofundadas no próximo capítulo.

Os AIEs constituem uma parte essencial, inseparável da FD, se considerarmos a afirmação de Pêcheux (1993, p. 77):

o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual esse acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido.

Os processos de paráfrase atravessam a língua/história, compondo o interdiscurso e, conseqüentemente, as Formações Discursivas. Os AIEs dominam os espaços sociais, construindo bases sólidas para a formulação de seus discursos, o que reflete na reiteração de sentidos evocados por eles dentro dessas FDs.

1.1.3 Condições de produção

O analista de discurso trabalha de acordo com as condições de produção do texto, que estão relacionadas com a memória e, portanto, com o assujeitamento e inconsciente já que a memória diz respeito à história e, conseqüentemente, ao equívoco e à falha. Orlandi (1996, p.31) ressalta que a ideologia “é interpretação de sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história em seus mecanismos imaginários”.

Nessa produção de sentido se produz o sujeito, interpelado pelas condições de produção, que refletem sua história além do fato, já que consideram seu imaginário, a historicidade.

Segundo Orlandi (2003, p. 195):

O texto, objeto acabado, constitui uma totalidade com começo, meio e fim. A natureza de sua incompletude é outra. Ele deriva de uma relação com as condições de produção, ou seja, da relação com a situação e com os interlocutores. O texto é incompleto porque o discurso instala o espaço da intersubjetividade, em que ele texto, é tomado não enquanto fechado em si mesmo (produto finito) mas enquanto constituído pela relação de interação que, por sua vez, ele mesmo instala.

Para o analista, o texto é o acesso ao discurso, que não se constitui como um documento, com “ideias pré-concebidas, mas como monumentos “nos quais se inscrevem as

múltiplas possibilidades de leituras” (ORLANDI, 1999, p. 64). Possibilidades estas que devem considerar as condições de produção, que dizem respeito às formações imaginárias.

Ao proferir o discurso, o sujeito (A) faz uma antecipação do outro (B), para quem destina o seu enunciado, elaborando “uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e *ao outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1993, p. 82).

Esses processos de projeção influem diretamente nas Posições-sujeito, pois resultam das relações que determinam o lugar de cada sujeito no discurso a partir de uma formação social dada.

1.1.4 Psicanálise e Materialismo Histórico

A AD busca o sujeito incompleto e desejanste da psicanálise e o sujeito assujeitado pela linguagem e afetado pela ideologia, essa na perspectiva do Materialismo Histórico.

Segundo Dorneles (1998, p. 35) “no quadro epistemológico onde se situa a AD, a Psicanálise está colocada como uma teoria da subjetividade que atravessa as três regiões: materialismo histórico, linguística e teoria do discurso.”

Dessa forma, para a AD o sujeito não tem domínio sobre si, é um sujeito do inconsciente, o sujeito freudiano. O sujeito em AD “se constitui num movimento que pressupõe a exterioridade em relação a si mesmo (materialismo histórico e linguística) e do inconsciente” (DORNELES, 1998, p. 36).

Suas condições materiais de existência são afetadas pela ideologia e, ao mesmo tempo, pelo equívoco, pela falha. Nesse sentido, “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer” (ORLANDI, 1999, p. 46) e, enquanto sujeito, está constituído como incompleto e, conseqüentemente, a formação de sua identidade será permeada pela busca permanente de sua completude.

Em outras palavras, tudo aquilo que nos constitui está carregado de dizeres anteriores, os quais vamos incorporar aos nossos discursos, e isso diz respeito ao materialismo histórico. “O que somos e o que vemos está carregado, portanto, do que ficou silenciosamente abafado na memória discursiva, como um saber anônimo, esquecido” (CORACINI, 2007, p. 59). E tudo isso é resultado da nossa condição incompleta.

Em relação ao exposto, Orlandi (1999, p. 52-53) afirma que:

Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do

movimento. Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível. [...] Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas.

A AD entende que o sujeito é sujeito, desde sempre sujeito, por isso se assujeita, e não existe linguagem sem ideologia, pois “o sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina” (PÊCHEUX, 1995, p. 163).

É possível ressaltar, juntamente com Dorneles (1998, p. 28) que o “materialismo histórico, desse modo, dá à AD condições de formação de uma teoria, onde os processos discursivos se apoiam sobre materialidade constituída pela historicidade.” Assim, a língua e a historicidade incidem e se relacionam e, como é possível perceber, para a AD a língua é um objeto histórico não porque tem fatos históricos relacionados a ela, mas porque se movimenta, se modifica e não é possível saber onde essas mudanças vão parar.

Dessa forma, a psicanálise e o materialismo histórico se relacionam em função da ligação do inconsciente com a ideologia tendo em vista que, conforme Orlandi (1996, p.145):

Quando dizemos que inconsciente e ideologia são noções solidárias, estamos afirmando essa relação necessária sem, no entanto, reduzir a ideologia ao inconsciente. Isso implica em compreender a língua como sistema, mas não como sistema abstrato: a língua como ordem significante que se inscreve na história para fazer sentido. E implica também em considerar o sujeito discursivo como sujeito histórico. Ou seja, sujeito e sentido são constituídos pela ordem significante da história. E o mecanismo de sua constituição é ideológico.

Na perspectiva da AD, essa relação é fundamental visto que é em função das questões ideológicas que se tem a ideia de incompletude na linguagem. Dessa forma, o indivíduo se transforma em sujeito do seu discurso “pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 1995, p. 163), formação esta que é perpassada pela ideologia e domina os processos de formação da identidade.

1.2 Práticas mágicas, bruxaria e cultura

Considerando os conceitos trabalhados nesse primeiro momento em relação à AD, vamos agora adicionar ao caldeirão questões ideológicas que ajudaram a desenhar o esteriótipo da Bruxa na história, com base nos aspectos culturais que envolvem a magia nessa caminhada.

O curso da história está repleto de discursos que sacramentam os conflitos entre a Ciência e as práticas mágicas, as quais surtem efeitos diferentes com o passar dos tempos, de acordo com a cultura dominante em cada período e a interferência direta dos Aparelhos Ideológicos e Repressivos do Estado. A Bruxa, demônio fabricado pela inquisição, continua presente no imaginário infantil como uma figura diabólica em diversas sequências discursivas, como veremos mais adiante.

Para compreendermos melhor esses caminhos históricos que transformaram mulheres em Bruxas, aspecto importante para a análise proposta já que essa personagem desencadeia todo o processo de significação da pesquisa, vamos focalizar em uma reflexão sobre os sentidos atribuídos à magia em diferentes momentos da história, especialmente até o início da era Cristã, a partir das concepções de Santos (1994), Bauman (2012) e Escobar (1979) sobre cultura. O estudo também tem como base os autores Rony (1957), Nogueira (1991) e Calado (2005), para trilharmos uma breve trajetória da Magia na história, e Davallon (1999), com seu conceito de memória coletiva.

1.2.1 Algumas concepções de cultura

Antes de abordarmos os aspectos relacionados às práticas mágicas e sua aceitação em diferentes momentos históricos, é fundamental estabelecermos uma linha de pensamento em relação ao que se entende por cultura, palavra fácil de escrever e pronunciar, mas difícil de conceituar. Trata-se de um termo simples, que parece ser de domínio comum, mas carrega amplos sentidos e a tentativa de decifrá-lo exige grande responsabilidade já que para termos a abrangência do seu significado devemos pensar na humanidade em sua totalidade, ao mesmo tempo em que avaliamos cada um dos povos (SANTOS, 1994, p. 8).

Para responder a questão “o que é cultura?” é necessária uma análise profunda da história do homem, de seus movimentos socioculturais e a suas consequências. Dessa forma, vamos buscar as perspectivas de três pesquisadores a respeito do tema, Santos, Bauman e Escobar, para identificar em que aspectos suas concepções se aproximam e/ou se afastam ao percorrer esse longo caminho em busca de respostas capazes de abraçar a conceituação de cultura. Essas concepções serão lançadas sobre a análise das práticas mágicas como cultura até o início da Era Cristã.

1.2.2 O conhecimento e as interfaces da cultura

Em um primeiro momento, vamos focar nossos olhares na obra “O que é Cultura?” de Santos, um ponto de partida interessante para ampliarmos as visões sobre a dimensão do termo. Santos (1994) parte de uma preocupação inicial, a necessidade de compreender os inúmeros aspectos que levaram os grupos humanos às suas relações presentes e perspectivas para o futuro já que decifrar o significado de cultura exige o entendimento de que ela é marcada por contatos e conflitos. Dessa forma, o autor ressalta que todos os povos estão em interação, pois levando em consideração o desenvolvimento dos grupos humanos, é possível perceber que mesmo ocupando diferentes continentes, com recursos naturais distintos, existem muitas tendências parecidas nas maneiras de organizar e transformar a vida em sociedade.

“Ver a cultura na perspectiva de tudo o que caracterizar uma população humana” (1994, p.22) é um dos parâmetros fundamentais para não reduzir seu sentido às associações comuns com estudo, manifestações artísticas, festas e cerimônias tradicionais. Dessa forma, Santos aponta duas concepções básicas para conceituar cultura, levando em conta todos os aspectos da realidade social e considerando que ela refere-se ao conhecimento, ideias e crenças de um povo. E, nesse sentido, responde o porquê considera importante estudá-la, para o entendimento dos processos de transformação porque passam as sociedades contemporâneas.

Nessa perspectiva, o autor refere-se à cultura como “dimensão da realidade social, a dimensão não-material” (1994, p.41). A cultura, segundo Santos, deve ser vista como “totalidade de uma dimensão da sociedade”, a do conhecimento, “todo o conhecimento que uma sociedade tem de si mesma, de outras sociedades, sobre o meio natural em que vivem e sobre a própria existência”.

Outro parâmetro importante na sua avaliação sobre cultura é a clareza sobre a distinção entre o popular e erudito, pois no final da Idade Média a cultura adquiriu sentido de refinamento pessoal. Dessa forma, considerar uma cultura como popular é “classificar as formas de pensamento,” a partir de uma concepção unilateral, das classes dominantes.

1.2.3 A dualidade cultural

Baumam, (2012) na obra “Ensaio sobre o conceito de cultura”, capítulo Cultura como Práxis, percorre diversos caminhos da humanidade em busca dos conceitos sobre cultura,

criticando o processo histórico, social e filosófico de uso dessa conceituação. O autor aponta que a controvérsia sobre cultura-estrutura social pertence organicamente à família dos assuntos oriundos da experiência básica da natureza dual da existência humana: espírito e matéria / mente e corpo / liberdade e determinação / norma e fato / subjetivo e objetivo (2012, p. 219). Para ele, o caráter especial da vida é compreendido por meio de categorias, ideias, propósitos.

A partir da perspectiva das dualidades, Bauman analisa a relação do natural e cultural para chegar às suas conceituações de cultura, levando em consideração os pontos em que se criam os afastamentos entre o que é próprio do ser humano, como os líquidos corporais, e como isso se comporta no meio social. Mesmo que o ser humano seja um todo inseparável, há o que nele é visível, o que se mostra, e um outro eu, o que se espera dele. Nesse ponto, as dicotomias bom / mau, quente / frio dentre outras, tornam a avaliação extrema, não deixando margem para a relativização.

Entre a ideia de um sujeito privado e um sujeito que aparece, este sujeito deve viver de acordo com o que está posto, com os aspectos de sua cultura, não pode ferir as leis, dentro dessa concepção binária. A sociedade, nesse sentido, sempre vai criar seus viscos, leis que colam e incomodam, que normatizam as relações sociais.

Bauman (2012, p.302) também aponta que a cultura é “o inimigo natural da alienação [...] questiona constantemente a sabedoria, e a autoridade que o real atribui a si mesmo.” O real, nesse contexto, permanece inatingível, sendo que a realidade se constrói no percurso da tentativa do real.

1.2.4 Ideologia e cultura: parceiras inseparáveis

Os estudos de Escobar (1979), em “Da Categoria de Cultura: Do aparelho Cultural do Estado, abordam que a cultura está na luta de classes, na contradição. Segundo autor (1979,p. 187):

A “Cultura” é bem mais que uma noção, ela é, na verdade, um aparelho cultural que disciplina “bens culturais” diversificados em práticas e discursos culturais que subvencionam os aparelhos escolares, jurídicos, o aparelho familiar e ajudam a sedimentar tanto as práticas realizadoras do efeito ideológico de sujeito quanto sustentam – em suas razões “civilizatórias” – os rituais de dominação que disciplinam por dentro os AIE.

Dessa forma, o autor defende que a noção de cultura deve estar pautada na luta de classes, reforçando a Teoria de Althusser, pois a sociedade e ideologia pertencem ao mesmo corpo já que a reprodução da sociedade é possível somente pelas práticas, também ideológicas. Assim, a cultura não deve ser reduzida às artes e às ciências, “produto ideologicamente confuso e contraditório”, já que a cultura de elite “apropria-se pelo capital” das mesmas (ESCOBAR, 1979, p.187).

Escobar aponta que a cultura tem historicamente a forma de aparelho cultural, sendo uma ilusão decifrá-la como algo neutro. Os AIEs, constituídos pela Escola, Família, Meios de Comunicação, Judiciário, empenham-se para escamotear a luta de classes, dando à cultura uma falsa ideia de unidade, que leva a visões distorcidas da realidade, limitando o campo de visão ao projeto social da burguesia. O mesmo acontece com a atividade intelectual, que se situa no espaço da classe dominante, “privatizando o saber.” Nesse sentido, Escobar (1979, p.192) ressalta que:

A Cultura como aparelho cultural que é – na sua materialidade histórica – fica sendo ora matéria-prima difusa, através de manifestações plurais, neutras, ora forma de “conhecimentos,” inseparável da própria geografia de um país etc. O que some é a sua condição de classe, seja pela apropriação que o aparelho cultural faz da ciências e das artes –sem nenhuma continuidade com elas – seja pelo lugar da “Cultura” como respaldo dos AIEs escolar e familiar, por exemplo.

Como apresenta esse autor, o intelectual não é tratado como parte “orgânica” do aparelho cultural situado em um momento histórico, pois no Brasil há uma aceitação passiva e equívoca de uma leitura deslocada da realidade, reproduzida pela Universidade, que também desvincula o trabalho intelectual do manual.

Sendo assim, os AIEs e os AREs (Aparelhos Repressivos do Estado, como a polícia, forças armadas) divulgam o que deve ser entendido e aceito como cultura, dentro do prisma da universalização de ideias, para não abrir espaço para questionamentos.

1.2.5 Proximidades e distanciamentos entre as concepções de cultura

As concepções de Santos, Bauman e Escobar aproximam-se no que se refere ao aspecto da noção de cultura como algo vivo na história. A cultura, em todos os estudos, é vista de maneira equívoca, reproduz os valores de uma classe dominante, cria seus mecanismos de limitação social, promovendo uma distorção de sua abrangência.

A abordagem do cultural / natural de Baumam diferencia-se dos estudos de Santos e Escobar, que empenham maior atenção às manipulações da burguesia e Estado para impor aspectos da cultura mais convenientes. Santos abre caminho para a percepção da complexidade e amplitude do tema, para os cuidados que devemos ter ao conceituar cultura, e Escobar aponta os mecanismos que orientam as formas de pensamento em relação à cultura.

1.2.6 A Cultura e a Magia: um breve percurso até a era Cristã

Com base nas concepções iniciais sobre o termo cultura, podemos pensar na sua relação com as práticas mágicas no decorrer da história, o que irá refletir na produção de sentidos acerca da Bruxa. Vale salientar que não estamos focados em aspectos culturais de grupos específicos, mas em estruturas mentais do coletivo social que, conforme a cultura de determinado tempo e espaço, sustentam o sobrenatural como prática coletiva sacramentada.

A Magia é um instrumento fundamental de afirmação cultural nas sociedades primitivas, contemplando todas as suas atividades, inclusive a formação de inúmeras instituições (RONY, 1957).

Partindo para a idade de ouro da magia, as magias no antigo oriente, Assíria – Babilônia, Rony (1957, p. 39) aponta que o adivinhador e mágico detinham importantes poderes nos Governos, assumindo um papel político fundamental, “os adivinhos constituem uma casta sacerdotal consultada nos negócios de Estado”.

No Egito, a Magia tinha uma origem divina e totalmente utilitária já que o Faraó é o detentor dos encantos mágicos. Sendo o único Deus sobre a terra, “assegura o culto divino, a guarda do país, a prosperidade de seu povo.” Aqui temos “Deus como servidor das paixões humanas” (RONY, 1957, p. 42).

Com o declínio da Babilônia e do Egito, o saber oculto é impulsionado pela magia judaica, “as letras do alfabeto, as fórmulas dos espíritos evocados são hebraicos na Grécia e em Roma, e mais tarde na Idade Média” (RONY, 1957, p. 43). Porém, devido ao surgimento de uma religião “formalista e ritual”, na qual Deus fala pela primeira vez ao espírito humano, Israel torna-se uma ilha que resiste à magia.

Ainda em Rony (1957, p. 47), passamos agora para Grécia. A partir da Escola Jônica os astros deixam de ser Deuses e a magia cerimonial é cortada em sua base, “Platão, Aristóteles e Estóicos reestabelecem as almas no céu, mas seu vitalismo é apenas o sustentáculo de uma astronomia positiva.” Nesse contexto, as primeiras investigações científicas libertam-se morosamente da atmosfera mágica e “as leis condenam a proliferação

de cultos mágicos, mas demonstram grande indulgência para com a idolatria oficial” (RONY, 1957, p.47).

Em Roma, Rony (1957, p.49) ressalta que a antiga religião romana está certamente envolta de espírito mágico, a fórmula da prece é semelhante a do Bruxo. Iniciam-se proibições em relação aos mágicos, mas não tão severas. Entretanto, com o advento dos imperadores cristãos a magia é universalmente condenada.

Em relação ao início da era Cristã, Rony (1957, p.51) salienta que o pensamento cristão ou pagão está centrado no maravilhoso, todos acreditam na eficiência das práticas mágicas. O Cristianismo aceita a demonologia judaica. Em 305, o Concílio de Elvira condena as práticas ocultas, assumindo, a partir desse ato, a crença de que elas realmente surtem efeitos.

A partir de Constantino “as leis condenam a adivinhação privada e a magia criminal, mas o culto pagão ainda permanece livre” (RONY, 1957, p. 52). Porém, Constância interdita qualquer espécie de magia, privada ou pública. Teodósio proíbe todos os demais atos particulares de devoção pagã. No Século VI, Justiniano ordena a aniquilação de todos os templos e o Culto pagão torna-se sinônimo de magia, desaparecendo qualquer tipo de distinção mesmo para “os que ainda observam os ritos no fundo dos campos e que finda por justificar a acusações de magia negra” (RONY, 1957, p.53). A Teurgia, doutrina mágica de resistência, surge como um conjunto das ocasiões dadas ao deus a fim de manifestar sua natureza. Favoreceu as velhas práticas mágicas, mas permaneceu uma religião erudita.

1.2.7 Conhecimento, dualidade e ideologia: olhares para as práticas mágicas como cultura

Com base na trajetória das práticas mágicas exposta por Rony, é possível perceber que “não existe uma magia, existem magias, tantas quantas forem os sistemas culturais – e dentro deles as diversas singularidades de cada mental coletivo” (NOGUEIRA, 1991, p. 15).

Um exemplo claro dessa afirmação está na forma de classificar as práticas mágicas antes e depois do início da Era Cristã. Com o “novo alinhamento impresso no horizonte mental” (NOGUEIRA, 1991, p.27) a partir da Idade Média, a feitiçaria passa a agregar o valor exclusivo do Mal. Nogueira (1991, p.28) salienta que:

A cultura eclesiástica “venceu” a cultura folclórica dos camponeses, por três vias: a destruição, a obliteração –a sobreposição dos temas, das práticas e imagens cristãs aos correspondentes antecessores pagãos – e a desnaturalização – o mais importante dos processos: a conservação mais ou menos parcial das formas, acompanhada de uma profunda e radical mudança de significados.” Assim, as atividades da feitiçaria

foram transportadas de uma antiga negatividade ética, contrária aos desígnios da coletividade, para integrar-se ao Mal cósmico em toda a sua plenitude.

As práticas mágicas, valorizadas em culturas anteriores, sendo exercidas como um pré-requisito até mesmo por chefes de estado para tomada de decisões, agora são perseguidas e, até mesmo, aniquiladas pelos Aparelhos Ideológicos e Repressivos do Estado. Nesse sentido, é possível afirmar com Santos e Escobar o poder de uma classe dominante sobre as formas de pensamento coletivo. Nesse sentido, Calado (2005, p. 59) reforça que a Bruxa diabólica é fruto de uma invenção:

A proliferação de uma cultura diabólica foi um movimento que ultrapassou os muros das igrejas e que buscou apoio em outros agentes de transmissão: artistas, sábios, médicos, reis, grão-senhores, etc. [...] Foi provavelmente a crença na indiscutível possibilidade da intervenção nociva e frequente do Diabo na terra, intervenção esta mediada por agentes próximos (judeus, muçulmanos, bruxas) que suscitou a angústia entre as elites, que buscam então despertar o pavor nas populações, através dos sermões, dos processos, das condenações públicas, das ameaças costumeiras. Considerava-se então que o diabo se infiltrava astutamente entre os homens através da ajuda de seus cúmplices e preparava uma grande conspiração, capaz de perturbar a ordem dos homens, com a conivência de um Deus severo, disposto a testar seu rebanho.

As teorias de Santos, Bauman e Escobar podem ser largamente aplicadas no que se refere à percepção de um costume como o que deve / pode ser adotado de acordo com o que é imposto pela burguesia.

Em diversos períodos da humanidade, o feiticeiro estava intimamente relacionado com o poder, com as classes governantes que, em outros períodos, perseguiram e dizimaram essa representatividade da população. A cultura dominante, definida por uma classe dominante, desenha o mapa que deve ser percorrido pelo povo e inscreve essas condições na memória coletiva, sobre a qual Davallon (1999, p. 27) ressalta:

Apoiamo-nos sobre essa oposição entre “memória coletiva” e “história” para considerar os objetos culturais, poderíamos adiantar, a título de hipótese, que estes últimos, vão no sentido não de um antagonismo, mas antes de uma conjunção, de um entrecruzamento, de uma síntese entre memória coletiva e história.

Retomando as abordagens de Bauman no que se refere à concepção dual da cultura, em todos os momentos do percurso da magia percebe-se essa realidade, especialmente na escala que define bem e mal. Com destaque principal para o início da era Cristã, a cultura eclesiástica impõe-se sobre a cultura camponesa estigmatizando-a como demoníaca, errada,

como o centro da maldade, aquilo que deve ser evitado, perseguido, destruído pela “cristandade.” Aqui os “bons” devem ser contra as práticas perversas de culto pagão, de culto à natureza e os “maus” relacionam-se com esse universo e precisam pagar caro por isso. A forte interferência dos Aparelhos Ideológicos e Repressivos do Estado dominam a opinião pública, ditando o certo e errado e promovendo uma histeria coletiva, destruindo qualquer espaço para relativização das opiniões.

O Feiticeiro que matinha o seu status de poder no antigo oriente é jogado na fogueira na Era Cristã. Israel e Grécia iniciaram esse movimento das práticas mágicas vistas como negativas na História, condenando-as seja por interesse religioso ou da ciência. De qualquer forma, o que prevalece é sempre o interesse do Estado, de quem detém o poder sobre aqueles que devem seguir o que está posto, a partir dos viscos de Bauman, aderindo a leis que colam, incomodam e normatizam as relações sociais.

Conforme veremos nos capítulos 4 e 5, a ação dos Aparelhos Ideológicos do Estado estabelece essas leis, dinamizando um poder com energia para calar vozes, imobilizar pessoas conforme a posição social dada, definir o local dos corpos biológicos no espaço. Também veremos que essa movimentação de sentidos da magia na história, levando a feiticeira à figura da Bruxa, a própria representação do demônio na terra, se sustenta até hoje na memória coletiva, mostrando o poder da cultura na Formação Discursiva. Nesse sentido, a Bruxa transforma-se na contemporaneidade numa personagem celebrada pela cultura que simboliza o poder hegemônico de uma nação.

2 ALGUNS RITUAIS DO ANALISTA EM AD: METODOLOGIA

Contradições e conflitos permeiam a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Há aqueles que acreditam que análises qualitativas não cumprem um papel propriamente científico já que os dados apresentados não seguem formalismos estruturais, a partir de preceitos estabelecidos pelas ciências da natureza.

A grande questão em relação a essa postura é como dar conta do sujeito por meio de métodos e técnicas que universalizam os resultados em pesquisa? Como incluir a particularidade do ser em seu contexto a partir de mecanismos que massificam o conhecimento?

Dar conta do sujeito, com esse diferencial surge da Análise do Discurso Francesa, uma disciplina de interpretação que apresenta seus procedimentos teórico-metodológicos voltados ao entendimento de que “não existe discurso sem sujeito” (ORLANDI, 1996, p.31), o qual também não existe sem as interferências de seu meio social, dos processos históricos que o constituem e norteiam suas manifestações.

2.1 A pesquisa em ciências sociais

Antes de percorrermos alguns caminhos que constituem a AD Francesa, é importante refletirmos sobre o que é pesquisa e os desafios das ciências humanas e sociais nesse processo.

Segundo Chizzotti (2013, p.19) a pesquisa pode ser definida como:

Um esforço durável de observações, reflexões, análises e sínteses para descobrir as forças e as possibilidades da natureza e da vida, e transformá-las em proveito da humanidade. Esse esforço não é uma inteligência isolada em um tempo abstrato, mas é um produto histórico e social porque resulta de um esforço coletivo e permanente da humanidade, no curso do tempo, para construir todas as dimensões da vida.

Transformar o conhecimento acumulado no decorrer da história em novas possibilidades de descobertas em nome da humanidade é um princípio fundante do campo científico, altamente marcado por conflitos e contradições quando o assunto é ciências

humanas e sociais. Tensões envolvem a relação entre as ciências da natureza, pela uniformidade de seus procedimentos, e as ciências sociais, pelas formas qualitativas incorporadas aos métodos e técnicas científicas.

Para Minayo (2012, p.11) a cientificidade deveria ser tratada dentro de um conceito de “alta abstração e não como sinônimo de modelos e normas a serem seguidos” tendo em vista que as metodologias devem acompanhar as evoluções históricas, devem estabelecer relação com o contexto em que são empregadas.

Outro aspecto evidenciado por Minayo (2012, p. 13) é de que ciência neutra é uma utopia. Mesmo quando se trata de ciências naturais, toda investigação é permeada de interesses e “visões de mundo historicamente constituídas.” Dessa forma, pensar que os processos quantitativos estão livres da ontologia do pesquisador é uma ilusão. As concepções do pesquisador em relação ao mundo em que vive estão impressas em seu processo investigativo, seja ele quantitativo e/ou qualitativo.

As pesquisas qualitativas não seguem um padrão específico, um único modelo, pois “aditem que a realidade é fluente e contraditória e os processos de investigação dependem também do pesquisador – sua concepção, seus valores, seus objetivos” (CHIZZOTTI, 2013, p.26).

Dessa forma, a ideologia está presente em todos os processos investigativos tendo em vista que eles somente acontecem a partir daquilo que o pesquisador traz em sua bagagem, a partir da sua historicidade. Pêcheux (1995, p. 197) salienta que:

A ideia de que a produção dos conhecimentos consistiria no puro e simples desenvolvimento (empírico-dedutivo) das propriedades dos objetos é, pois, um mito idealista, que identifica ciência e lógica e, ao colocar esta última como *princípio* de toda a ciência, concebe inelutavelmente a prática científica como uma atividade de tiragem entre enunciados verdadeiros e enunciados falsos, repelindo tudo o que diz respeito às condições próprias de aparição desses enunciados, isto é, *as questões* que lhes são correspondentes no interior de uma *problemática* historicamente determinada.

A autonomia e neutralidade do pesquisador é ficção científica. Não é possível conceber um sujeito à margem de seu mundo, de suas experiências. Todos somos interpelados por nossa condição sociohistórica, e em quaisquer tipos de ciência essa condição não é ejetável.

Com essas novas visões acerca do sujeito, a pesquisa em ciências humanas e sociais tem uma grande contribuição. A partir do surgimento da Análise do Discurso Francesa (AD),

o sujeito passa a ser tratado como efeito da história, da linguagem e da ideologia. Trata-se de uma prática com procedimentos teórico-analíticos próprios, como veremos a seguir.

2.2 Ponto de partida: a formação do arquivo do analista

Quando Pêcheux questiona as formas de leitura, colocando em pauta a não transparência da linguagem (ORLANDI, 1996) cria o gesto de interpretação, sugerindo um novo olhar para os textos do cotidiano, levando em consideração a espessura histórica e linguística.

Diante dessa proposta, um dos pontos de partida do analista em AD é a formação de seu arquivo, considerando que “nos estudos discursivos, não se separam forma e conteúdo e procura-se compreender a língua não só como uma estrutura mas sobretudo como acontecimento” (ORLANDI, 1999, p. 19).

Com base nesses princípios, a fim de obter a materialidade linguística para a análise, foram entrevistadas crianças entre 6 a 11 anos, familiares dos Catadores do Projeto Profissão Catador da UNIICRUZ, a partir de um roteiro de entrevista semiestruturada, contemplando temas como: o conhecimento dos contos de fadas, os tipos de contos de que mais gosta, quem são os personagens bons dessas narrativas e os motivos de serem do bem, quem são os maus e os motivos dessa maldade. Os áudios das conversas foram gravados e transcritos. Vale salientar que as questões serviram de roteiro para orientar a condução das entrevistas, mas os sujeitos tiveram liberdade para falar o que consideram interessante acerca do tema pesquisado. Os procedimentos de contato com o público pesquisado somente foram realizados após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UNICRUZ, número do CAAE 39462514.6.0000.5322.

Após as transcrições das entrevistas iniciais, foram realizados sucessivos recortes das pistas linguísticas, que mais causaram inquietude, para formar o arquivo de análise a partir dos procedimentos teórico-metodológicos da AD: seleção das sequências discursivas, determinação das pistas linguísticas a partir das quais será examinado o funcionamento discursivo, apresentação das condições de produção, análise das pistas a partir de recursos da linguística, explicitação da produção de efeitos de sentido, determinação do funcionamento discursivo.

2.3 O analista em AD: alguns princípios teórico-metodológicos

Visto que não há discurso fechado em si mesmo, um mesmo texto pode ser lido várias vezes de forma diferente. Nesse ponto, o que importa para o analista em AD não é a informação em si, mas o efeito de sentido que produziu, com base nas formações imaginárias, já que ao responder ao emissor, o sujeito que recebeu o enunciado lançado constrói uma imagem prévia dele e sua resposta é atravessada por essa projeção. Sobre essa questão Orlandi (1999, p. 65) explica em que consiste o processo de de-superficialização do objeto discursivo:

Justamente na análise do que chamamos materialidade linguística: o como se diz, o quem diz, em que circunstâncias, etc. Isto é, naquilo que se mostra em sua sintaxe e enquanto processo de enunciação (em que o sujeito se marca no que diz), fornecendo-nos pistas para compreendermos o modo como o discurso que pesquisamos se textualiza. Observamos isso em função de formações imaginárias (a imagem que se tem de um eleitor universitário, de um docente, de um candidato a reitor, de um movimento social etc) em suas relações de sentido e de forças (de que lugar fala “x”, “y”, etc.) através dos vestígios que deixam no fio do discurso.

Os processos de antecipação do que o outro pode pensar estão presentes em qualquer discurso, influenciando diretamente nas posições-sujeito (PÊCHEUX, 1993), conhecimento fundamental para o analista tendo em vista que as condições de produção são a base de qualquer análise. A partir dessas condições o sujeito integra uma determinada Formação Discursiva, permeada pelos processos de paráfrase e polissemia, o que permite a repetibilidade de sentidos e, ao mesmo tempo, a heterogeneidade dentro de uma mesma FD.

Um dos aspectos iniciais para o analista debruçar-se sobre os inúmeros enunciados resultantes de sua investigação é tentar entender como é possível a produção de sentidos do objeto simbólico. Segundo Orlandi (1999, p. 66) “a transformação da superfície linguística em um objeto discursivo é o primeiro passo para esta compreensão.”

A construção do corpus a partir dos recortes que mais causaram inquietação e a recorrência frequente as teorias envolvem os procedimentos específicos da AD do início ao final da pesquisa. Esse movimento resulta na seleção de sequências discursivas por meio das quais se chega ao funcionamento discursivo, nosso maior objetivo. Nesse sentido, Orlandi (1999, p. 68) explica que:

[...] o analista encontra, no texto, as pistas dos gestos de interpretação, que se tecem na historicidade. Pelo seu trabalho de análise, pelo dispositivo que constrói, considerando os processos discursivos, ele pode explicitar o modo de constituição dos sujeitos e de produção dos sentidos. Passa da superfície linguística (corpus,

bruto, textos) para o objeto discursivo e deste para o processo discursivo. Isto resulta, para o analista com seu dispositivo, em mostrar o trabalho da ideologia [...] é assim que ele aprende a historicidade do texto.

A partir da formação do arquivo do analista, é possível aplicar os procedimentos teórico-metodológicos da AD para dar um fecho provisório ao trabalho investigativo, conforme veremos a seguir.

2.3.1 O analista: do texto ao discurso

O texto é o campo de significação e, em AD, não pode ser considerado como “dado” linguístico e, sim, como “ fato discursivo” (ORLANDI, 1999, p 69), já que não pode ser produzido a partir do nada. Qualquer ato de produção de um texto não é fechado em si mesmo, abraça conhecimentos prévios. O sujeito, mesmo sem perceber, recorre à memória discursiva ao elaborá-lo. Assim, as formações imaginárias, constituintes das formações discursivas, resultam de “processos discursivos anteriores” (PÊCHEUX, 1993, p. 85). Essas formações estão no sujeito e com ele elaboram seus textos.

Sendo assim, uma mesma palavra pode ter significados diferentes para pessoas distintas, de acordo com a Formação Discursiva de cada um, aspecto relativo à exterioridade. A FD é atravessada por diversos discursos anteriores com os quais o sujeito estabelece uma relação de empatia ou repúdio, costurando-os em seu próprio discurso.

Conforme Orlandi (1999, p. 61):

O que se espera do dispositivo do analista é que ele lhe permita trabalhar não numa posição neutra mas que seja relativizada em face da interpretação: é preciso que ele atravesse o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito. Esse dispositivo vai assim investir na opacidade da linguagem, no descentramento do sujeito e no efeito metafórico, isto é, no equívoco, na falha e na materialidade. A construção desse dispositivo resulta na alteração da posição do leitor para o lugar construído pelo analista [...] Nesse lugar ele não reflete mas situa, compreende, o movimento da interpretação inscrito no objeto simbólico que é seu alvo.

A ciência em AD acontece no entremeio da prática e teoria. “Os fatos de linguagem com os quais o analista trabalha são unidades, recortes, pinçados da realidade, num gesto teórico sustentado num princípio da não separação entre ciência e ideologia” (DORNELES, 1998, p. 75-76).

Segundo Orlandi (1999, p. 63):

O texto é a unidade que o analista tem diante de si e da qual ele parte. O que faz ele diante do texto? Ele o remete imediatamente a um discurso que, por sua vez, se explicita em suas regularidades pela sua referência a uma ou a outra formação que, por sua vez, ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura.

O que interessa para o analista é o que o “texto organiza em sua discursividade, em relação à ordem da língua e das coisas: a sua materialidade” (ORLANDI, 1996, p. 57). O objetivo da escuta discursiva é “explicitar os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação dos sujeitos, suas filiações de sentidos: descrever a relação do sujeito com a sua memória” (ORLANDI, 1999, p.60)

Sendo assim, Dorneles (1998, p. 78) ressalta que o analista faz sucessivos recortes em seu “corpus experimental”, até formar o seu arquivo em “sequências discursivas, que traz a representatividade do processo discursivo em questão.”

A partir das pistas que mais causaram inquietação, é possível proceder com a análise das mais variadas práticas socioculturais discursivas, buscando os sentidos para além dos textos e contribuindo com a ciência nas mais variadas áreas já que propõe que o cientista amplie o seu campo de visão, dando novas dimensões para os discursos já consagrados. Orlandi (1996, p.139-140) ressalta que:

O cientista está submetido à memória de seu saber. O que tem de ser atingido é justamente essa relação com o interdiscurso, com a memória para poder significar outra coisa. Transformar-se, desenvolver-se. Transferir: produzir novas versões, efeitos metafóricos, deslizamentos de sentidos que permitam o avanço científico. Que permitam outras leituras dos fatos de discurso. [...] Deslocamentos na memória, trabalho no espaço da interpretação, mesmo no discurso científico.

O analista do discurso tem essa possibilidade dentro da ciência, de propor uma interpretação diferenciada dos acontecimentos cotidianos, uma postura questionadora ao que está posto: dizer não à universalização de pensamentos hegemônicos.

3 A UNIVERSALIZAÇÃO E A PERIFERIA COMO RESISTÊNCIA

“O mundo nada pode contra um homem que canta na miséria.”

Ernesto Sabato

Vivemos em um tempo obscuro, momento popularmente conhecido como modernidade, que apresenta enorme abismo entre o interesse coletivo e o privado, sendo que este último normalmente vence.

Se na Idade Média tínhamos o poder eclesiástico no comando, definindo o que pode / ser dito dentro de uma formação social dada, como vimos no capítulo “O caldeirão das teorias”, o mundo global tem em seu núcleo as materialidades midiáticas para sacramentar os discursos de organizações detentoras do poder. Nesse jogo, altamente permeado pelas segundas intenções, recebemos informações de forma unilateral, sem espaço para questionamentos.

Um exemplo disso é a importação do Halloween como celebração da sociedade interiorana do Rio Grande do Sul. Uma festividade, de uma nação hegemônica, passa a ser adotada por diversas comunidades do nosso estado, mesmo não tendo relação nenhuma com as nossas origens.

Entretanto, a partir dessa investigação, percebemos que a periferia impõe barreiras a essa importação cultural, já que a comunidade pesquisada não a celebra. As crianças entrevistadas desconhecem o Halloween ou não participam dele, ou seja, a festa não é considerada no calendário escolar.

Entrecruzando esses caminhos da aceitação ou não do que está posto, vamos refletir nesse capítulo sobre a influência da mídia nas tentativas de aculturação. Para isso, contaremos com Canclini (1999), Bauman (1999), Silverstone (2002), Santos (2004), Souza Santos (2006), Rodrigues (1997), Hall (1998), Sabato (2008) e Webler (2010) suas percepções sobre mídia, sociedade, Globalização e condições de produção.

3.1 Efeito global e produção de informações

A perda de identidade é um dos principais aspectos que acompanha a tão discutida Globalização. Nesse tempo e espaço caracterizados pela dúvida e pelo medo diante da oferta de inúmeras possibilidades de consumo, e a consequente conquista de status, o homem moderno perde suas origens e sua verdadeira razão de ser – eu não sou mais o que sou, e sim o que consumo, tomo a forma daquilo que possuo (CANCLINI, 1999, p.15). O sujeito do Iluminismo centrado na razão transforma-se no sujeito atual, o qual assume identidades diferentes em momentos distintos, conforme as conveniências. Hall (1998, p. 75) ressalta que

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”.

Isso é consequência direta da revolução tecnológica que traz para as práticas sociais as técnicas da informação (SANTOS, 2004, p.12) onde os conceitos de produção são amplamente modificados já que a criação dos desejos pelos produtos antecede o próprio processo de fabricação dos mesmos.

A perversidade das técnicas de informação, que deveriam ter a finalidade de alimentar o mundo de conhecimento, ganha cada vez mais amplitude já que servem a necessidades exclusivas de uma pequena parcela dominante. A situação se agrava se pensarmos que essa relação de poder é sacramentada pelo discurso, o principal produto e resultado final da instituição midiática. Segundo Santos (2004, p.20) passamos pelo processo de um “novo encantamento do mundo no qual o discurso e a retórica são o princípio e o fim”.

Uma das principais características desse discurso é o fato de se apresentar de maneira acabada, sem derivas, de forma constante. Esse efeito de completude impõe uma ideologia capaz de produzir um efeito de universalidade, altamente perigoso no que se refere à alienação e à cegueira.

Frente a esse cenário, desenhado pela indústria cultural, é possível perceber a incorporação de costumes ditados por sociedades hegemônicas, como a adoção do Halloween, festa popular dos EUA, na sociedade interiorana do Rio Grande do Sul, movimentação que motivou inicialmente essa pesquisa.

Nesse novo contexto, fantasiámos nossos filhos de uma cultura totalmente importada, para comemorar algo que não tem a menor relação com a história da nossa região

e país. Certamente, a imposição econômica da própria língua inglesa como universal irradiou a Festa das Bruxas como cultura também universal, a qual todos devem festejar, mesmo sem compreender o motivo real. Nessa realidade, vale ressaltar o que Santos (2004) traz como consequência da tirania da informação e do dinheiro, onde atores privados ignoram o interesse social.

Nesse cenário está a mídia, constringendo e invadindo as culturas locais (SILVERSTONE, 2002, p. 17), promovendo uma tensão constante entre o regional e o global, incorporando novos costumes como universais a fim de fixar padrões estéticos pré-estabelecidos. O Halloween é amplamente difundido nos meios midiáticos, nas mais diferentes materialidades, seja para divulgar as festas promovidas pelas instituições e/ou como programação dos diversos canais televisivos, por meio do cinema, telenovelas, seriados, internet dentre outros.

A instituição Escola também é grande propagadora dessa festividade, talvez utilizando como pretexto para isso o fato de contemplar a Língua Inglesa na grade curricular, mas e a Língua Espanhola? Que festividades contemplam essa cultura? Estamos mais uma vez com Santos (2004, p.17) retomando a tirania do dinheiro e da informação e a consequente “aceleração dos processos legitimados por um pensamento único”, ideologicamente inserido no discurso divulgado pela mídia, o qual acontece de maneira estável e sem interrupções, encadeando enunciados acabados, omitindo e escamoteando seus processos de criação (RODRIGUES, 1997, p. 217).

Exposta a ideia unipolar do que é consumível e amplamente aceitável pelo meio social, a comunidade perde seu sentido, propagando costumes que vêm de outros territórios, sem compreender a real necessidade daquele processo de aculturação.

A Globalização quer fazer crer na inexistência de fronteiras, sendo que elas apenas mudaram de significado, mas “nunca estiveram tão vivas” (SANTOS, 2004, p. 21). Dessa forma, o acesso a culturas importadas dá a falsa ideia ao sujeito que a adota de ser parte importante daquele universo, o qual não tem o menor interesse em compartilhá-la, mas impô-la como algo para um consumo que consome.

Bauman (1999, p. 91) salienta que “os consumidores são primeiro e acima de tudo acumuladores de sensações; são consumidores de coisas apenas num sentido secundário e derivativo”. Aos consumidores da nossa sociedade de consumo não interessa o significado de um ritual como o Halloween, mas a oportunidade de vivenciar a sensação de uma festa popular norte americana e, para isso, comprar e vender fantasias, doces, abóboras e tudo o que for possível e impossível investir.

As materialidades midiáticas filtram e moldam realidades cotidianas “por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e a manutenção do senso comum” (SILVERSTONE, 2002, p.21).

Esse efeito de repetição, para dar uma sensação de unidade, é uma das técnicas da mídia. Todos acabam tendo a falsa ideia de pertencer a um contexto que nada mais oferece do que a simples repetição do que é imposto por uma nação hegemônica, no caso do Halloween. Nesse sentido, Souza Santos (2006, p.5) aponta que:

Vivemos num tempo de fulgurações, um tempo de repetição. O grão de verdade da teoria do fim da história está em que ela é o máximo de consciência possível de uma burguesia internacional que vê finalmente o tempo transformado na repetição automática e infinita do seu domínio. O longo prazo colapsa assim no curto prazo e este, que foi sempre a moldura temporal do capitalismo, permite finalmente à burguesia produzir a única teoria da história verdadeiramente burguesa, a teoria do fim da história.

A mídia contribui com esse tempo do não pensar, do não questionar, consagra a informação pretendida na estrutura mental coletiva, corroborando com a negação ao passado.

3.2 A incorporação do Halloween na sociedade interiorana do Rio Grande do Sul

A infiltração do Halloween na sociedade interiorana do Rio Grande do Sul é reflexo do que viemos discutindo até agora.

A adoção do Halloween dentre as festividades da nossa sociedade é bastante visível, seja por meio das festividades escolares ou através de iniciativas de prefeituras e membros das comunidades. O Dia das Bruxas tem sido comemorado em alguns municípios do interior do Rio Grande do Sul de forma muito semelhante a dos filmes e seriados americanos: as crianças colocam suas fantasias e saem pela vizinhança solicitando “doce ou travessuras,” os vizinhos já esperam com as guloseimas e decoração típica.

O Halloween já deixa de ser visto apenas como um momento de confraternização com fantasias em espaços fechados, dentro das escolas e/ou casas, e toma a dimensão das ruas, repetindo o modelo popular norte americano. Adultos e crianças incorporam a celebração em suas vivências, sendo atores sociais de um processo de aculturação. A questão é a consciência do que esse movimento representa para a nossa cultura. Será uma mera brincadeira importada?

O discurso midiático, representado pelo principal AIE dos tempos atuais, faz essa festividade parecer algo simples, inocente, sem nenhuma consequência aparente, mas qualquer aceitação passiva do que é imposto por um processo de dominação merece maiores reflexões e questionamentos, ainda mais quando o maior público atingido é a criança, que representa o futuro da nossa região e nação. Rodrigues (1997, p.225) alerta para as estratégias do discurso midiático, lembrando que uma de suas principais finalidades é “naturalizar o recorte arbitrário da multiplicidade de domínios da experiência realizado na modernidade assim como o poder legítimo, tanto expressivo como pragmático, que as instituições detêm sobre eles.”

As materialidades midiáticas inscrevem os discursos de instituições dominantes como naturalmente fundados, como se fossem parte de uma construção histórica, e por isso não devem ser questionados. A sensação de recebermos algo que faz parte da memória nada mais é do que uma tática de imposição da informação. Souza Santos (2006, p.6) alerta para os perigos dessa estratégia ressaltando que “à medida que se foi construindo a vitória da burguesia, o espaço do presente como repetição foi-se ampliando”, pois o pensar no futuro “como progresso pode ser uma perigosa ameaça” para as classes dominantes, que também fazem questão de escamotear o passado.

3.3 O sujeito pesquisado: uma forma de resistência ao Halloween

As materialidades midiáticas têm entrada por diversos canais, mas que, muitas vezes, não estão disponíveis a todos de igual forma. Os AIEs bombardeiam as comunidades de interesse por todos os lados, mas nem sempre o projeto de domínio total é sacramentado se considerarmos que em algumas periferias temos acesso limitado a portas de entrada importantes no processo de universalização: a TV a cabo e a internet.

Os sujeitos pesquisados nessa investigação não convivem com esses veículos o tempo todo e a escola não comemora o Halloween. Dessa forma, não vivenciam essa festividade, fechando um canal para a verticalidade dos objetivos hegemônicos, o que redirecionou a nossa pesquisa.

Essa nova horizontalidade, promovida pela cultura popular, é vista por Santos (2004) como resistência à massificação, a partir de uma reestruturação midiática, o que coloca como uma:

reconversão da mídia sob a pressão das situações locais (produção, consumo, cultura). A mídia trabalha com que ela própria transforma em objeto de mercado,

isto é, as pessoas. Como em nenhum lugar as comunidades são formadas por pessoas homogêneas, a mídia deve levar isso em conta. Nesse caso, deixará de representar o senso comum imposto pelo pensamento único. Desde que os processos econômicos, sociais e políticos produzidos de baixo para cima possam desenvolver-se eficazmente, uma informação veraz poderá dar-se dentro da maioria da população e ao serviço de uma comunicação imaginosa e emocionada, atribuindo-se, assim, um papel diametralmente oposto ao que lhe é hoje conferido no sistema da mídia.

A recondução da vida nas comunidades marginalizadas, especialmente fomentada pelo desemprego gerador de novas situações de trabalho informal para a sobrevivência, fortalecerão essas comunidades, ampliando o espaço do local em sua relação com o universal, conforme Santos. É o que acontece com a economia solidária que no Brasil surge "timidamente na primeira metade da década de 1980 e fortificou-se a partir da segunda metade, como reação de movimentos sociais ao desemprego crescente e massivo [...]" (WEBLER, 2010, p. 250).

"O ser humano sabe fazer dos obstáculos novos caminhos, porque à vida basta o espaço de uma fresta para renascer" (SABATO, 2008, p, 90). Com essa frase, Sabato promove a reflexão acerca das superações frente às crises, da capacidade que as comunidades têm de superar dificuldades se mantiverem o princípio de comunidade e de afeto.

A preservação da identidade de comunidade e o espírito de cooperação e liberdade, sentimentos contrários ao processo neoliberalista, impõem barreiras à globalização.

As crianças pesquisadas nesse trabalho não conhecem a Bruxa do Halloween, pois a posição social dada não permite o encontro com essa Bruxa, ela não está nas condições de produção dos entrevistados. Dessa forma, "as condições de produção do discurso situam-se, por um lado, na contingência histórica e, por outro, na emergência do acontecimento" (WEBLER, 2010, p. 57). Ao mesmo tempo em que a Festa das Bruxas é produto da globalização, emergência do acontecimento, a desigualdade social não permite o contato com essa fabricação, mas evidencia o conhecimento da Bruxa constituída na história, a da inquisição, como veremos nos próximos capítulos.

O Halloween, dessa forma, entra na sociedade interiorana do Rio Grande Sul em determinadas condições sociais e econômicas, e para sabermos os seus efeitos como processo de aculturação, teremos que investigar, em outros momentos, crianças de outras classes sociais.

4 RELAÇÃO SUJEITO CRIANÇA/PERSONAGEM BRUXA: OLHARES PARA O ARQUIVO DO ANALISTA

*Há um passado, no meu presente, um Sol bem quente lá no meu quintal
Toda vez que a bruxa me assusta o menino me dá a mão.*

Milton Nascimento e Fernando Brant

Que Bruxa é essa que assusta, que está presente como personificação do mau nos contos e músicas? Que demônio a inquisição conseguiu fabricar na memória coletiva? Como esse ser está alocado no imaginário infantil? O Halloween conseguiu interferir na ideologia a respeito da Bruxa? A festa das bruxas se constitui como um perigo para a cultura local no que tange a incorporação passiva de uma cultura imposta por nações hegemônicas?

Essas são questões que responderemos no decorrer da seguinte análise. Agora, lançaremos nossos olhares para as entrevistas realizadas com as crianças, familiares dos catadores do Projeto Profissão Catador da Universidade de Cruz Alta, mas antes é fundamental que façamos uma reflexão acerca dos processos fundadores da nossa identidade.

4.1 Sujeito e identidade

Um dos grandes abalos da humanidade é a descoberta do inconsciente por Freud. A divulgação de que o sujeito não tem domínio sobre si traz a tona novas concepções de identidade.

O sujeito do iluminismo, centrado na razão, é atravessado pela subjetividade e passa a conceber que suas inquietações são movidas por questões que antecedem seus desejos. Assim, a ideia de liberdade de suas escolhas e enunciados cai por terra.

As concepções de incompletude do sujeito, de sua condição desejante, que se opera no inconsciente, promoveram um novo momento na humanidade, também marcado pela “experiência do assujeitamento, em que a servidão se constrói nas suas várias modalidades, entre as figuras do senhor e do servo” (BIRMAN, 2006, p. 29).

O outro é parte integrante da constituição do sujeito e de seu discurso (Coracini, 2007), o outro é celebrado em nossa identidade. E mesmo que repudiado, está presente na negação.

Esses processos de identificação/desidentificação escapam à consciência. Dizem respeito à exterioridade, aos diversos discursos que fazem parte da nossa existência e com os quais criamos vínculos ou afastamentos, dependendo da nossa formação ideológica e na social, que estão presentes nas Formações Discursivas.

Dessa forma, “a ilusão constitutiva do eu, que assim se assume por imaginar-se fonte de sentido, apaga nesse processo a possibilidade de o sujeito identificar a causa em si mesmo” (DORNELES, 1998, p.88). A forma-sujeito é resultante de vários aspectos que compõem a identidade, entre eles daquilo que nos pré-constitui e passa a integrar nosso interdiscurso. Conforme Pêcheux (1995, p. 164):

o “pré-construído” corresponde ao “sempre-já-aí” da interpretação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (“o mundo das coisas”), ao passo que a “articulação” *constitui o sujeito em sua relação com o sentido*, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito*.

O sujeito, mesmo interpelado por diversas FDs, estará filiado àquela que o assujeitou, pois “a identidade só se concretiza pela separação, afastamento desse todo” (DORNELES, 1998, p. 90). Aqui se estabelece a relação contraditória entre o um e o múltiplo, é preciso silenciar esse múltiplo para que o um permaneça (ORLANDI, 1995).

A memória do nosso saber, as filiações de sentidos, compõe a nossa identidade, por isso o sujeito não é origem em si, a cultura é constitutiva desse sujeito, assim como a ideologia. Não podemos pensar em cultura como processo exterior que se impõe sobre o sujeito, mas como o interior e exterior incidem no desenho da Formação Discursiva, por meio dos processos de identificação/desidentificação, como veremos na análise a seguir.

4.2 A criança e a Bruxa: a legitimação da paráfrase – PS1

Conforme exposto no capítulo 1, a partir do início da era cristã, a Bruxa é divulgada para a sociedade como a ponte entre a terra e o demônio, como uma espécie de promotora de seus desejos no mundo terreno, e por isso, por se configurar como o espírito do mal, materializado em mulher, deve ser punida, perseguida, queimada e, acima de tudo, temida.

Mais uma vez na história, a cultura aldeã é dizimada pelos AIEs e, essa perseguição em particular, além de culminar com a morte de inúmeros inocentes, estigmatizou a feiticeira, perpetuando-a como ignóbil na memória coletiva, posição que perdura séculos e está fortemente marcada na literatura infantil.

A partir de inúmeras edições dos contos de fadas, especialmente nas releituras dos irmãos Grimm acerca dos contos de Perrault, os quais incorporaram o mágico e o sobrenatural às lendas populares que cercam à floresta e os vilarejos na Idade Média, o maniqueísmo é difundido na luta do bem contra o mal, e esse mal, muitas vezes, é representado pela Bruxa, constituindo as Formações Discursivas das crianças de hoje, como é possível perceber na Posição-sujeito Bruxa demoníaca – PS1. Essa PS é sustentada no discurso em três vertentes que a consagram como tal: na sua capacidade de ser má (conduta social), na sua feiura (estética) e na sua relação com mundo da fantasia (poderes sobrenaturais).

4.2.1 A conduta social da Bruxa

Quando questionadas sobre o conceito que faziam da Bruxa, ou seja, se ela era boa ou malvada, a maioria das crianças entrevistadas respondeu:

sdr³ 1 Feia , pega , bota no caldeirão. Ela arródia .Ela come.

sdr 2 Ela tem a varinha dela, ela coloca a gente dentro do caldeirão , ela acende o fogo, queima, ela mata as crianças.

sdr3 Ela bota a gente no caldeirão. Ela meche pra fazer bruxaria.

Sdr 4 Pesquisadora: - O que ela faz pras crianças?

Criança: - Tudo de mal

Sdr 5 Pesquisadora: - E o que as bruxas fazem nessas historinhas que tu leu?

Criança: - Maldade

Sdr 6 Ela faz feitiço pra engana. As pessoa acaba ficando mal.

Sdr 7 Pesquisadora : - Tu conhece a bruxa?

Criança:- Conheço ela, é muito malvada.

³ Toda vez que utilizar a sigla sdr estarei me referindo à sequência discursiva.

Pesquisadora: - Muito malvada?

Criança: - Ela gosta de botar as crianças dentro do caldeirão.

Pesquisadora: - E o que acontece daí?

Criança: - Depois ela bota. Ah! Como é o nome daquele veneno?

Sdr 8: Faz pessoas vira bicho e outros tipo de bichos.

Como é possível perceber, o processo de paráfrase de edições de alguns contos de fadas em que a Bruxa é ruim está presente. A ideia de uma bruxa demoníaca com poderes do mal é recorrente nas entrevistas, considerando que a paráfrase, para a AD, é a reiteração de sentidos existentes no interdiscurso, ou seja, em uma FD (INDURSKY, 2003). A relação com a exterioridade se marca pela aliança com discursos que têm a Bruxa como um ser medonho, capaz de produzir os mais diversos tipos de maldade, concretizando-se como uma ameaça para o mundo dos “bons”, o que sustenta uma visão binária, dominante na nossa cultura, acerca do bem e do mal, do bonito e do feio, do burro e do inteligente. Maniqueísmo presente em vários contos de fadas.

As crianças na PS1 atribuíram à Bruxa poderes reais e mágicos. Poderes reais, que fazem parte do “plano terrestre”, como colocar uma criança no caldeirão, queimar uma criança, comer uma criança, envenenar uma criança. Poderes que um adulto muito mau poderia ter, um adulto como a feiticeira da inquisição que foi transformada em Bruxa. Também, conferiram à Bruxa malvada poderes mágicos, como transformar pessoas em animais, ter uma varinha. Essa relação entre humano e mágico, ambos praticantes de uma maldade extrema, retoma a paráfrase da Bruxa demoníaca, inserindo a bruxaria no plano mais obscuro da percepção humana: um ser humano tão ruim, tão perverso, que é capaz de se utilizar de magia negra para matar criancinhas devido a sua aliança com o diabo, devemos ter muito medo da Bruxa, devemos queimar a Bruxa antes que ela pratique sua maldade.

Para além dos textos das sdrs podemos visualizar esses efeitos de sentido presentes na relação personagem bruxa/sujeito criança. O entorno constitutivo desse sujeito, suas condições de produção (crianças que não tem acesso amplo e frequente à diversidade da literatura infantil, a edições mais modernas dos contos, bem como desenhos animados que promovem uma visão diferenciada da Bruxa) não permitem a relatividade na relação com essa personagem, por isso ela é malvada, discurso que reproduz a imagem da Bruxa da inquisição.

A Bruxa está, para as crianças entrevistadas, depositada no interdiscurso como ruim, constituição de um esteriótipo construído e sustentado na história, e quando questionadas sobre a possibilidade dela ser boa, a maioria dos sujeitos mantêm a posição de que ela é má.

Voltando para as srds expostas, o caldeirão está fortemente marcado na memória discursiva em relação à Bruxa, lembrando que memória discursiva é o lugar dos já ditos, do recorte dos sentidos para a atualização e elaboração de enunciados. O caldeirão aparece nas srds 1, 2, 3 e 7 como o instrumento principal de concretização da maldade da Bruxa, o momento em que ela atinge o seu principal objetivo: cozinhar as criancinhas. Mais uma vez ocorre a paráfrase, o retorno ao discurso da Idade Média via versões dos contos de fadas que sacramentam a Bruxa demoníaca, o que transforma o caldeirão de poções da feiticeira em perigo para a humanidade, já que nele se produzem vários preparos capazes de contaminar as pessoas do “bem”, aos “bons” cristãos.

A reiteração dos sentidos histórico-sociais referenciados à Bruxa leva à Orlandi (1999, p. 37), ressaltando que:

na análise do discurso distinguimos o que é criatividade do que é produtividade. A “criação” em sua dimensão técnica é produtividade, reiteração de processos já cristalizados. Regida pelo processo parafrástico, a produtividade mantém o homem num retorno constante ao mesmo espaço dizível: produz a variedade do mesmo.

A capacidade de perversidade da Bruxa ganha maior destaque no discurso da criança por se concretizar em um caldeirão, pois não pode haver maldade maior do que transformar seres inocentes em comida, queimá-los vivos, para depois degustá-los a partir de uma poção mágica de magia negra. O caldeirão, dessa forma, é tão temido quanto a própria discípula da besta, mas será que ele é apenas uma metáfora de algo que causa muito mais horror? Veremos daqui a pouco.

,4.2.2 A criança e a Bruxa: um convite à fantasia

A PS1 consagra a ideia de Bruxa como diabólica e, ao mesmo tempo, assegura o imaginário da criança em relação ao mágico, a um ser que, com poderes do além, é capaz de interferir na vida das pessoas, como é possível perceber nas demais Srds que mantêm a Bruxa como demoníaca nas suas condutas e rituais:

Sdr 9 a bruxinha, ela vai na casa de uma bruxa , dai a bruxa faz tipo um bolinho assim dai pra mãe dela ,dai a princesa foi busca pra ela, pra mãe dela melhorar, daí ela foi lá, quando ela chegou em casa a mãe

dela tava boa, daí ela deu aquele bolo pra ela ficar mais boa, né? Daí ela comeu aquele bolo, aí ela ficou mal, e daí ela virou um Urso .

Sdr 10 Pesquisadora: E e a bruxa é sempre ruim?

Criança : Sim.

Pesquisadora: Sempre ruim?

Criança: Na lua cheia também.

Pesquisadora: - Na lua cheia , por que na lua cheia?

Criança: Porque sim , as vez tem um luau la perto de casa que é cheio de bruxa.

Na Sdr 9 o diferente emerge, a criatividade em relação a personagem Bruxa ganha uma multiplicidade de sentidos, pois a bruxinha é boa (busca um bolinho na casa da Bruxa para sua mãe ficar melhor), a Bruxa é malvada (o bolinho dela faz a mãe da bruxinha ficar mal e virar urso). Dessa forma, a bruxa representada como criança, a bruxinha, não é malvada, ela apenas quer que sua mãe melhore. A Bruxa adulta é ruim, promove a maldade por meio do alimento ofertado à bruxinha.

A imaginação dá espaço para a criatividade, pela formulação de uma historinha nova, mas a partir da paráfrase dos contos de fadas, em que as Bruxas têm o poder de transformar pessoas em animais. O interessante, é que a Bruxa em forma de criança gera outros significados para o sujeito, levando a crer que sua FD não dá espaço para representação de uma criança malvada.

Essa re-inscrição do conceito cristão de criança apoia-se na paráfrase desse sujeito como ser inocente que, mesmo na forma de Bruxa, não pode/não deve ser ruim. Já a Bruxa adulta está inscrita como perversa no interdiscurso.

A imaginação da criança em torno da personagem Bruxa está imersa na fantasia, na relação com o mágico, com os poderes sobrenaturais, consagrando as versões dos contos de fadas a partir do Grimm, como também é possível perceber na Sdr 10, em que em noite de lua cheia as Bruxas fazem luau perto da casa da criança. Aqui temos a paráfrase do Sabbath, ritual de adoração aos Deuses por culturas aldeãs, e que foi transformado pela inquisição em ritual de adoração ao demônio pelas Bruxas. A lua cheia, também envolta de misticismo na nossa cultura, aparece no discurso como o momento ideal para que as Bruxas se encontrem perto da casa da criança, o que pode ser uma metáfora para encontros de jovens que usam drogas e fazem barulho, por exemplo.

Bruxa e universo fantástico caminham lado a lado, a partir do devaneio do sujeito, que recria histórias dessa personagem, representando-a em seu mundo a partir de re-inscrições daquilo que está presente na FD dominante. Podemos regatar aqui a função-autor, na qual o sujeito necessita reconfigurar essa multiplicidade de representações na organização “dessa dispersão num todo coerente, apresentando-se como autor, responsável pela unidade e coerência do que diz” (ORLANDI, 1999, p. 76).

Todo esse processo tem origem na paráfrase, na constituição de um sujeito na história, que se origina daquilo que o pré-constitui e daquilo que sustenta seu interdiscurso (e seu discurso) e que, também, é produtor de múltiplos sentidos, a partir da criação na produção da linguagem, o que permite a polissemia.

Produtividade e criatividade incidem e se entrelaçam no discurso, possibilitando a existência do sujeito e sua crença na autonomia, na liberdade daquilo que diz, na criação de suas ideias.

4.2.3 O escuro e a feiura: outros pilares da Bruxa demoníaca

Entre os aspectos instigantes das entrevistas está o esteriótipo da Bruxa que, como ser do inferno, deve ser feia e usar roupa escura, como podemos visualizar nas próximas sdrs:

Sdr 11 Pesquisadora: - Que cor é a bruxa?

Criança: - Preto

Sdr 12 É feia.

Sdr 13 Ela tem um chapéu e bota aqueles casacão de bruxa mesmo.

Mais uma vez o maniqueísmo retorna ao discurso, abrindo um leque de efeitos de sentido para a concepção dual da existência humana: o mau não pode ser bom, assim como não pode ser bonito, quem é ruim é feio, veste preto, não pode vestir colorido, pois as cores radiantes são para pessoas do bem, para as princesas, para as crianças.

Ainda no nível da produtividade, variações do mesmo, as crianças relatam aspectos do que apreenderam via alguns contos de fadas e historinhas que trazem a dualidade. Esse aspecto reforça os estudos de Pêcheux (1995, p. 162) sobre formação ideológica:

O funcionamento da ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincando nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas.

Trata-se da liberdade limitada do sujeito em relação ao seu próprio discurso, já que, assujeitado, reproduz o que ficou convencionalmente determinado que seria a cor e a cara da maldade, da tristeza e, até mesmo, do luto: o preto, representando o escuro, ou a escuridão, as trevas, assim como a feiura. A Bruxa, como ser do demônio, não poderia utilizar outra cor em sua vestimenta que não o preto, o branco da paz é para os bons, para os anjos.

A cultura eclesiástica é tão dominante no processo histórico que consegue, até mesmo, definir padrões de beleza para o bem e para o mal, transferindo esses padrões estéticos para os contos populares acerca da floresta e seus perigos e, que mais tarde, são transportados para alguns contos de fadas. A PS1 sustenta a velha fórmula textualizada em vários contos, a de um ser horripilante, feio, tenebroso, que veste preto, usa aquele chapéu e capa. Mas se considerarmos que “o sentidos são aves, eles migram” (Petri, 2010a, p.25), para onde podem ter voado os sentidos da bruxa? Já vimos que essa representação do mal não está para as crianças entrevistadas no Halloween. A bruxa demoníaca e temida terá migrado do conto para que espaço?

4.3 Silenciamento e fala - PS2

Ao realizar as entrevistas encontramos uma dificuldade preocupante, a de fazer as crianças responderem a partir da fala, não da cabeça balançando para dizer que sim ou que não. Fazer com que interagissem a partir da voz foi um grande desafio, como é possível perceber nas srds que seguem:

Sdr 14 Pesquisadora : - Conta pra tia, tu gosta de ler historinha?

Criança: Disse sim com a cabeça (chorando).

Sdr 15 Pesquisadora: - Tu gosta de ler historinha?

Criança: Balançou a cabeça, dizendo que sim.

Pesquisadora: - Tu pode responder em voz alta pra tia?

Criança: Balançou a cabeça, dizendo que sim.

Sdr 16 Pesquisadora: - Conta pra tia, tu gosta de ler historinha?

Criança: Disse sim com a cabeça.

Sdr 17 Pesquisadora: Queria saber se tu gosta de historinha.

Criança: Disse que sim com a cabeça.

Pesquisadora: Sim? Tu lê livrinho aqui na escola?

Criança: Disse sim com a cabeça.

A ausência de voz e a adoção do gesto com a cabeça como forma de comunicação causa inquietação pelo fato de ter se repetido na maioria das entrevistas, sendo difícil alcançar a interação com a criança pela fala. O que isso representa no discurso? O que a não voz quer dizer?

Pensando sobre essas questões, chegamos a PS2 – Silenciamento e fala. Que “Bruxa” comeu a língua das crianças? A escola, o professor, a formação social?

A AD estuda o silêncio na perspectiva da relação um e múltiplo, na qual é necessário silenciar o múltiplo para que o um fale. E quando o um não fala com a voz, mas com a cabeça? Orlandi (1995, p. 105) ressalta a existência de uma outra forma de silêncio, “o silêncio local” (o da censura), da interdição do dizer, mas a ausência de voz diz muito. Não temos aqui o silêncio, mas um silenciamento que parece ter relação direta com a posição social dada, com a reprodução da classe de origem.

Essa ausência de voz parece uma tomada de posição de um sujeito com espaço estreito para o exercício da oralidade, que se coloca em lugar desprivilegiado no ato da comunicação, por não sentir-se seguro o suficiente para dialogar com um adulto ou por considerar, devido sua FD, que não tem esse direito. Movido pelo medo de talvez responder errado, prefere assegurar-se através de gestos, aspecto que se evidencia na dificuldade de trazê-lo para a fala.

Aqui estão as formações imaginárias, as projeções que o sujeito faz do interlocutor e partir das quais formula seus enunciados. A pesquisadora pode ter sido analisada como um adulto para quem é preciso responder certo, pois ao contrário posso ser punido.

Também, podemos destacar a atuação dos Aparelhos Ideológicos de Estado na formação ideológica do sujeito, lembrando que para Pêcheux (1995, p. 144) “as ideologias não são feitas de ideias, mas de práticas.”

Como estamos falando de crianças, as relações de desigualdade-subordinação se explicitam ainda mais, materializando-se na ausência da voz. Segundo Pêcheux (1995, p. 146), a partir de seu estudo sobre a teoria de Althusser:

Compreende-se, então, por que em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), que, ao mesmo tempo, possuem caráter “regional” e comportam posições de classe: os “objetos” ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que “a maneira de se servir a eles” – seu “sentido”, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem -, o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classes (de luta de classes), “posições de classe” *que existam de modo abstrato e que sejam então aplicadas* aos diferentes “objetos” ideológicos regionais das situações concretas, na Escola, na Família, etc. É, aí, na verdade, que o vínculo contraditório entre reprodução e transformação das relações de produção se liga ao nível ideológico, na medida em que não são os “objetos” ideológicos regionais tomados um a um, mas sim o próprio desmembramento em regiões (Deus, a Moral, a Lei, a Justiça, a Família, o Saber, etc.) e as relações de desigualdade-subordinação entre essas regiões que constituem a cena da *luta ideológica de classes*.

Sendo a cultura a morada do sujeito, altamente influenciada pelos AIEs, nesse caso principalmente a Escola e a Família, o sujeito se recolhe a sua realidade de criança, que não pode/não deve dizer com medo de errar, ou de mentir, de interagir com um estranho que não conhece e que pode vir a julgá-lo de alguma forma. O melhor é silenciar.

Conhecimentos culturalmente produzidos como naturais, os efeitos de evidência, como a subordinação da criança a um adulto, como se o seu espaço de fala não devesse ser respeitado, ou talvez nem existir, emergem nessas ocasiões, em que momentos são destinados para o conhecimento desse sujeito.

Essas posturas questionam nosso modelo de sociedade, nosso papel enquanto pais, educadores e cidadãos. Será que o sistema contribui para uma Escola que trabalhe pela emancipação do sujeito, pelo desenvolvimento da linguagem para que possa intervir nos mais diversos espaços sociais? Como pode a escola silenciar? Estaria acontecendo o que nos aponta Scherer (2007, p. 347): “ela consegue despovoar a língua. Purificando-a. Descarnando-a. Não deixando mais nada do que os seus ossos”. Esse efeito contrário ao que deveria ser o seu principal papel, a emancipação, a partir do trabalho com uma língua que fluida será discutido no próximo capítulo.

5 A LÍNGUA QUE CALA É A BRUXA QUE FALA

O objetivo inicial dessa investigação era desvelar o funcionamento discursivo a partir da análise dos efeitos de sentido constituídos na relação personagem Bruxa / sujeito criança, buscando entender de que forma esse relacionamento é atravessado pelo Halloween. O que percebemos é que as crianças entrevistadas não vivenciam essa festividade. Dessa forma, a Festa das Bruxas não oferece riscos para a cultura do sujeito pesquisado.

No conto da vida real dos sujeitos pesquisados a Bruxa malvada das crianças é a concepção imaginária da língua reproduzida pelo AIE Escola, aquela que busca definir quem sabe e quem não tem conhecimento da língua materna, medindo as habilidades dos seus usuários não por competências linguísticas, mas pela descrição da língua. Essa realidade cala, corta a língua, queima as oportunidades de mobilidade social, silencia os alunos, como podemos perceber nas sequências discursivas anteriores e nas próximas:

Sdr 18 Pesquisadora – Tu já ouviu falar nos contos de fadas?

Criança: Disse que não com cabeça.

Pesquisadora – Os três porquinhos é um conto de fadas?

Criança: Disse que não com a cabeça.

Sdr 19 Pesquisadora – Tu gosta de ler historinha?

Criança: Disse que sim com a cabeça.

Pesquisadora: E qual que tu mais gosta?

Criança : Do cavalo

Pesquisadora: Do cavalo , é? E quantos aninhos tu tem?

Criança: Não sei.

Pesquisadora: Não sabe, mas eu pergunto para tua mãe depois, não tem problema. Tá, e só gosta do cavalo?

Cris : Disse que sim com a cabeça.

Esse silenciamento promove reflexões acerca do trabalho de uma ordem impositiva e seletiva no ensino da Língua, que acaba consagrando o objetivo dos Aparelhos Ideológicos do Estado: impor o discurso das classes dominantes, censurando, a partir da posição de

autoridade que ocupam, a fala daqueles que julgam que não precisam ter voz. A língua imaginária colabora para essa manipulação, já que não valoriza a cultura do sujeito, manifesta por uma língua que é viva, que está na rua, que se modifica com a história e que é calada dentro da Escola, ejetando diversos alunos dos bancos escolares e limitando seus espaços na sociedade.

Seria o jogo dos sentidos, a repetição do sentido de Bruxa como demoníaca no diferente, não nos contos de fadas, mas na vida real, na escola. Temos nos discursos dos entrevistados a Bruxa como uma metáfora do medo, ou seja, manutenção de situações que fazem o sujeito permanecer com medo, com receio de falar, temendo a censura, a correção. Antes da punição, é melhor calar.

O caldeirão, presente na maioria dos discursos das crianças, não está nos contos de fadas, mas nas experiências reais, quando são queimadas todas as possibilidades de embarcarem no mundo mágico da imaginação, no devaneio de criança em busca de animais que falam, de pessoas com poderes mágicos, de seres capazes de viajar no tempo, como podemos perceber retomando algumas sdrs:

Sdr 1 Feia , pega , bota no caldeirão. Ela arródia .Ela come.

Sdr 2 Ela tem a varinha dela, ela coloca a gente dentro do caldeirão , ela acende o fogo, quema, ela mata as crianças.

Sdr 3 Ela bota a gente no caldeirão. Ela meche pra fazer bruxaria.

A negação do direito à expressão pela língua fluida, considerando a diversidade cultural e social, é o caldeirão do silêncio, é a própria negação à infância e ao direito de mobilidade social, se considerarmos que a ausência de voz das crianças no presente pode ser o indício de um silenciamento futuro, de uma voz que se cala por acreditar que a classe de origem não permite que fale.

O silenciamento, refletido na opção pela ausência da fala, também mostra um sujeito que é criança como ser físico, a partir de seu RG, mas que não, necessariamente, está tendo acesso à infância, ao tempo de brincar, de viver o mundo do faz de conta, de conhecer o universo de leitura e prazer, de contar suas próprias versões dos contos, de conhecer, a partir deles, novas possibilidades para o “bem” e para o “mal” e de, até mesmo, questionar se essa dualidade existe.

Conforme nos mostra Escobar (1979, p. 105):

A eficácia desse aparelho de Estado é dada na prática dos AIE em diferentes formas de realizar um “efeito ideológico de sujeito” nos corpos biológicos que a procriação oferta e que as disciplinas estabelecem, reproduzindo as classes de origem.

A Escola, ao negar seu papel emancipador, selecionando por meio da própria língua materna os que vão e os que ficam, aparece como o inquisidor, aquele que define quem pode se libertar e quem deve ser enforcado ou queimar na fogueira, conforme o jogo de interesses da classe dominante. Retomamos Escobar (1979, p. 185) e seu alerta sobre falsas ciências que, veiculadas aos Aparelhos Ideológicos do Estado, funcionam como “máquinas de classes dominantes, isto é, como um aparelho de classe que no interior da luta de classes encaminha os interesses dos donos do capital.”

A instituição escolar, uma das protagonistas dos AIE, ao trabalhar a partir da concepção de língua imaginária acaba classificando quem pode / deve viver na sociedade crítica e aqueles que irão permanecer como engrenagens não pensantes da sociedade funcionalista, aqueles que Zé Ramalho lembrou na letra de “Vida de Gado”, que farão “parte dessa massa, que passa nos projetos, do futuro”, que darão muito mais do que irão receber. Sobre essa posição social dada, Escobar (1979, p.185) lembra que:

Nas sociedades capitalistas as classes ficam escamoteadas em princípio, seja no “automatismo” relativo da dimensão econômica (salário/mais-valia) seja na marcada independência que ganha o Estado. O que significa dizer que o Estado, quase todo ele somente ARE⁴, das sociedades pré-capitalistas, obrigado que era a intervir permanentemente na economia para assegurar a expropriação do sobre-trabalho, dá lugar agora a um tipo de Estado menos recluso em sua ação repressiva e mais aberto ao jogo da inculcação ideológica. E isso aliás conforme as determinações mesmas das novas relações de produção obrigadas a um tipo de agente social bem mais “realizado” política e ideologicamente e que exigirá formas “institucionais” novas tais como a Escola, a família conjugal, o direito burguês, o aparelho médico etc.

A herança social deve colar no sujeito e impregná-lo a ponto de extinguir qualquer alternativa de mobilidade social. Seja na Escola, seja na família, o discurso ideal para as classes dominantes é o que segmenta o conhecimento, distribuindo-o nas dosagens certas para as finalidades dos detentores do capital. E essa definição logicamente começa na criança, mostrando desde cedo o seu lugar no espaço, assegurando que não encontre sua imaginação em planos mais profundos, capazes de libertar e emancipar mentes, aspecto refletido nas sdrs analisadas.

⁴ Toda vez que utilizar a sigla ARE estarei fazendo referência aos Aparelhos Repressivos do Estado.

5.1 A língua que a Escola comeu

As situações de silenciamento, apresentadas nessa pesquisa, levam a uma reflexão acerca do imaginário produzido pela escola do que seria a língua ideal para as crianças, aquela que autoriza o sujeito a falar nos espaços sociais dados. A ideia de língua que está em primeiro plano para os entrevistados é aquela “domesticada, submetida à escolarização”, como nos aponta Dorneles (2011, p. 35):

A relação que estabelecemos com a escola diz respeito ao fato de que ela tem sido fundamental para definir quem sabe e quem não sabe a língua materna. Tanto as avaliações escolares internas quanto as avaliações externas apontam deficiências dos estudantes em relação ao domínio dos conteúdos linguísticos veiculados pela escola. Sabemos que muitos dos instrumentos de avaliação refletem a cobrança não de um saber linguístico, mas de um conhecimento acerca da descrição da língua. Essa realidade, além de expurgar diversas crianças e adolescentes do processo escolar, contribui para construção do imaginário dessas famílias em relação a um não-lugar também como condição de falante da língua materna.

Esse não lugar se reflete nas Sdrs:

Sdr 21 Pesquisadora: e quantos aninhos tu tem?

Criança: não sei

Sdr 22 Pesquisadora: ta,e tu só gosta do cavalo?

Criança: Disse que sim com a cabeça

Sdr 23 Pesquisadora: Aquela tromba dele , é grande

Criança: Disse que sim com a cabeça

Pesquisadora: tu já ouviu a historinha que tem a bruxa?

Criança : Disse que sim com a cabeça

Sdr 24 Pesquisadora: só quando a lua fica pequena a bruxa é boa? E quando a lua fica cheia a bruxa é ruim?

Criança: Disse sim com a cabeça

Crianças de oito anos que não sabem dizer a idade, crianças de 6 a 11 anos emudecidas. Podemos enxergar nessas Sdrs o trabalho da língua imaginária, aquela desenhada pela gramática normativa, aquela que está inacessível para muitos alunos.

Enquanto não ampliarmos a concepção de língua para aquela que é “incompleta, em movimento, aberta à exterioridade que lhe é constitutiva” (PETRI, 2011, p. 26), seremos como parte dos AIEs e reproduziremos seu principal objetivo, separar corpos no espaço pela força do capital, como nos aponta Orlandi (1988) em sua pesquisa sobre a tentativa de apagamento das línguas primitivas na constituição da língua portuguesa.

Não agimos diferente no ensino de línguas. Ao focarmos os estudos na gramática, dicionário e livro didático, reproduzimos a visão da classe dominante e negamos o acesso à língua que é nossa, que está na história, que adquirimos muito antes de irmos à escola. Coracini (2007, p. 140-141) fortalece essa ideia lembrando que “em vez de uma aproximação, o ensino da “norma culta” levou a um distanciamento, escavando um fosso entre o sujeito e a língua, que se veem, assim, isolados um do outro” a partir de uma consciência de diferenças na fala que mostram as disparidades sociais, consequência direta da visão dicotômica que isolou a língua do meio social.

Esse binarismo entre língua e fala perdura até hoje e impera no ensino, higienizando o sistema, deixando a área limpa para o livre controle dos AIEs. Sendo que, conforme Coracini (2007, p. 17) “o sujeito é também alteridade, carrega em si o outro, o estranho, que o transforma e é transformado por ele”, é facilmente governado por aqueles que têm “autoridade legitimada”. A escola tem essa autoridade e seus processos de seleção autenticam o espaço de cada corpo em posições sociais dadas.

Tanto a bruxa da inquisição, feiticeiras e mulheres com conhecimentos curativos transformadas em demônios, e a bruxa da criança de periferia, essa língua imaginária que “descarna” a língua (SCHERER, 2007), são fabricações dos AIEs para manutenção do controle sobre as classes populares. Cada bruxa a seu tempo é fonte ou metáfora do medo, medo produzido, cultivado e divulgado para a garantia do oportuno silêncio da interdição, materializado nas Sdrs estudadas.

É a “bruxa” que fala, é a “bruxa” que cala, é a “bruxa” que queima, é a “bruxa” que coloca no caldeirão. Enquanto essa “bruxa” toma a cena, os bastidores ficam livres para a dominação, para o exercício do poder disciplinar, para que a língua das crianças seja cortada na raiz.

5.2 Jogando o último ingrediente no caldeirão: o funcionamento discursivo

Ao serem chamados a falar, a expandir seus pensamentos sobre os contos de fadas, interagindo com a pesquisadora, a maioria das crianças emudeceu. Não se permitindo falar,

essas crianças marcam o lugar da exclusão e o lugar da escola, através do trabalho com a língua imaginária, como operadora da memória social.

Percebemos isso na localização das posições-sujeito: PS1 – Bruxa demoníaca e PS2 – Silenciamento e fala. Esses “vários” do “mesmo”, os diferentes lugares habitados pelo sujeito em sua morada, a cultura, e a formação social, deixam em primeiro plano a paráfrase da inquisição e de alguns contos de fadas em relação à personagem Bruxa: ela é malvada (a não ser na forma de criança), feia e tem poderes sobrenaturais utilizados para o mal. A posição de não voz, diz respeito às formações imaginárias e ideológicas, às antecipações em relação à entrevistadora e a ideia de que, enquanto criança, meus espaços de fala são limitados, dentro de uma formação social dada ou por considerar que “ao falar, posso errar,”

A relação sujeito criança/personagem bruxa ganha dimensões não esperadas no início da investigação, que procurava entender como Halloween interfere nas práticas socioculturais discursivas desse sujeito. Como já vimos, as crianças entrevistadas não vivenciam essa festividade e quando essa bruxa, enquanto fonte de terror e de medo, incorpora no próprio uso da língua, os funcionamentos precisam ser analisados de outra forma.

Passamos a enxergar a paráfrase dos discursos de instâncias com poder legitimado no silenciamento das crianças, caladas pela própria língua materna, que ao invés de promover a autonomia, distancia o sujeito da escola. Aqui estão as “regras de projeção” (PECHEUX, 1993, p. 82), as formações imaginárias que definem o que devo/posso falar, conforme a posição social dada e daquele a quem falo.

A paráfrase aqui reproduz os objetivos dos Aparelhos Ideológicos de Estado, seja da bruxa da inquisição ou da bruxa língua imaginária, divulgando o medo em forma de censura com o objetivo central de calar a voz, de tentar impedir a mobilidade social, aspecto que também se materializa na gramática normativa, dicionários e livros didáticos. A versão oficial é imperativa e sacramentada nos bancos escolares, ejetando aqueles que não se enquadram nos padrões desejados.

A polissemia aparece na heterogeneidade da PS1- Bruxa demoníaca, mostrando que a mesma posição-sujeito pode abrigar diferentes vertentes. A conduta social da bruxa, seus poderes sobrenaturais e sua estética mostram o deslize de sentidos acerca da personagem, mas todos os voos retornam à origem, a imagem da Bruxa como demoníaca.

O capital é o alicerce que determina os fenômenos sociais e históricos, segundo Marx. Esse princípio do Materialismo Histórico está na trajetória da camponesa fabricada como diabo cuja imagem, até hoje, é representada pelo mal na memória discursiva.

Os processos de paráfrase e polissemia estão presentes no funcionamento discursivo, mostrando a relação do sujeito criança com a exterioridade e como a historicidade produz esse sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os contos de fadas apresentam enredos ricos em significados e personagens que incorporam-se à memória coletiva, afetando o discurso daqueles que têm acesso a eles. A infância, normalmente, é a fase de primeiro contato com essas leituras e perceber como o sujeito criança enxerga para além desses textos é uma proposta de pesquisa que clama por respostas, tendo em vista que se trata do direcionamento discursivo do nosso adulto do futuro.

A Bruxa, personagem carregada de significados, levando em consideração a formação dual da existência humana e as conseqüentes concepções de bem e mal, certo e errado, representa um campo fértil de investigação, ainda mais com a incorporação do Halloween aos costumes festivos do interior do Rio Grande do Sul. Que Bruxa a criança constrói em seu imaginário tendo em vista essa festividade importada? Essa questão foi respondida de forma surpreendente nessa trajetória investigativa.

Nas primeiras análises, verificamos que a Bruxa do Halloween nem existe para os filhos dos catadores do Projeto Profissão Catador da Unicruz, ou seja, não há um processo de aculturação. A paráfrase está legitimada na relação sujeito criança/personagem Bruxa, que retoma em seus discursos estereótipos historicamente atribuídos a essa personagem: diabólica, feia e com poderes mágicos para fazer o mal. Essas vertentes sustentam a Posição-sujeito Bruxa demoníaca – PS1, uma fabricação da inquisição, largamente presente nos contos de fadas.

Também localizamos a Posição-sujeito Silenciamento e fala – PS2, na qual o sujeito prefere não se manifestar por meio da voz, promovendo reflexões acerca do que o não espaço de fala representa em sua formação social. Esse silenciamento diz muito sobre o lugar que o sujeito imagina que deve/pode ocupar em seus espaços de enunciação e sobre o trabalho da escola a partir de uma concepção de língua imaginária, aquela que tem como base somente a norma culta, o que distancia o aluno da sua própria língua materna.

Nesse ponto, o trabalho ganhou novos direcionamentos, mostrando a incidência maior da paráfrase no funcionamento discursivo e evidenciando que a relação sujeito criança/personagem Bruxa é constituída por uma sobreposição de imagens que remontam um cenário de medo e censura, desenhado na Idade Média, e que serve de metáfora para o temor

da fala, resultado de um trabalho que não considera a língua como algo vivo na história. Assim, atingimos o principal objetivo dessa pesquisa: desvelar o funcionamento discursivo a partir da análise dos efeitos de sentido constituídos na relação personagem Bruxa / sujeito criança.

Além disso, buscávamos investigar se o sujeito criança identifica no Halloween uma mudança de percepção acerca da Bruxa, o que não se concretiza nessa investigação, pois as crianças entrevistadas não têm conhecimento dessa festividade, ou seja, a celebração não está nas suas condições de produção.

Em relação aos objetivos de refletir sobre os efeitos de sentido da Bruxaria para as práticas socioculturais da sociedade interiorana do Rio Grande do Sul, verificar a inscrição de sentidos no interdiscurso relativo à Bruxaria e analisar o percurso dos sentidos da designação Bruxa na formação social interiorana do Rio Grande do Sul, verificamos que os sentidos acompanham o discurso cristão. A Bruxa da FD das crianças entrevistadas é produção tanto da inquisição, ou seja, é malvada e perversa, quanto de vários contos de fadas dos Grimm, tem poderes sobrenaturais utilizados para o mal.

Antes de finalizar, é importante retomar o que Dorneles (2011, p.45) ressalta sobre os catadores, na preocupação com as condições ambientais de moradia desses profissionais já que compartilham da mesma realidade as crianças entrevistadas. Ela salienta que :

aglomeram-se muitos disputando um mesmo produto: rejeitos ou dejetos da sociedade de consumo.” São homens, mulheres, crianças, urubus, porcos, todos quase em *condições de igualdade*. Ainda não entraram no litígio. Existe uma invisibilidade que não os individualiza enquanto grupo humano nessa disputa pelos restos.

A disputa pelos restos não está somente localizada nas condições de trabalho e moradia, mas nossa pesquisa mostrou que essa disputa também está na escola. Essas crianças, além de partilharem com suas famílias condições que se confundem entre humanas e desumanas, ainda estão submetidas ao trabalho seletivo do AIE escola, capaz de “cortar” a língua.

No conto de fadas da vida real a Bruxa é muito pior, pois nesse enredo não existe possibilidade de virar o jogo como em “João e Maria” e jogá-la no forno. Aqui a nossa Bruxa é tão poderosa que ainda jogará muitas crianças no caldeirão. Por isso, faço um convite para subirmos na vassoura, voarmos por essa realidade e buscarmos poções que transformem o seu feitiço, pois:

“Quem ocupa o trono tem culpa
Quem oculta o crime também
Quem duvida da vida tem culpa
Quem evita a dúvida também tem.”
Engenheiros do Hawaii

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE)**. Tradução: Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro; introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.
- BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BIRMAN, Joel. **A servidão; A psicanálise e a crítica da modernidade**. In: ARQUIVOS DO MAL-ESTAR E DA RESISTÊNCIA. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CALADO, Eliana. **O encantamento da bruxa: o mal nos contos de fadas**. João Pessoa: Ideia, 2005.
- CANCLINI, N.G. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- CORACINI, Maria José R. F. **A celebração do outro na constituição da identidade**. In: ORGANON/UFRS, Instituto de Letras, v. 17, nº 35, 2003.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 5ª ed. 2013.
- DAVALLON, Jean. **A imagem, uma arte de memória?** In: PAPEL DA MEMÓRIA / Pierre Achard...[et al]; Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas – SP: Pontes, 1999.

DORNELES, Elizabeth Fontoura. **Da Germinação da semente à colheita do grão: análise do funcionamento das relações de identificação na formação discursiva dominante do assentado.** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

DORNELES, Elizabeth Fontoura. Discurso sobre a língua e a constituição da língua na escola. In: Carme Regina Schons, Ercília Ana Cazarin (org.). **LÍNGUA, ESCOLA E MÍDIA: en(tre)laçando teorias, conceitos e metodologias.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011.

ESCOBAR, Carlos Henrique. Da categoria da cultura: do Aparelho Cultural do Estado. In: **ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA**, v. 16, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 10. ed. Rio de Janeiro: Dp&a, 1998.

INDURSKY, Freda. **Lula lá: estrutura e acontecimento.** In: ORGANON/UFRS, Instituto de Letras, v. 17, n° 35, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. **Bruxaria e História: as práticas mágicas no ocidente cristão.** São Paulo: Editora Ática, 1991.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e o seu funcionamento.** As formas do discurso. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

_____. **Política linguística na América Latina.** Eni Pulcinelli Orlandi (org.). Campinas: Pontes, 1988.

PÊCHEUX, M.. Análise Automática do Discurso (AAD-69). Parte I, In: GADET, F. & HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 2 ed. Campinas: Pontes, 1990.

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PETRI, Verli. Discurso sobre a língua e a constituição da língua na escola. In: Carme Regina Schons, Ercília Ana Cazarin (org.). **LÍNGUA, ESCOLA E MÍDIA: en(tre)laçando teorias, conceitos e metodologias**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011.

PETRI, Verli. **Um outro olhar sobre o dicionário: a produção de sentidos**. Santa Maria: PPGL-Editores, 2010^a.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, Natureza e Funções do Discurso Midiático, In Maurice Mouillaud e Sérgio Porto (org.) - **O JORNAL. DA FORMA AO SENTIDO**, Brasília, ed. Paralelo 15, 1997, po. 217-233.

RONY, Jérôme Antoine. **A Magia**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1957.

SOUZA SANTOS, Boaventura. A queda do *Angelus Novus*: o fim da equação moderna entre raízes e opções. In: **A GRAMÁTICA DO TEMPO: PARA UMA NOVA CULTURA POLÍTICA**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11 ed., Rio de Janeiro: Record, 2004.

SCHERER, Amanda. A constituição do eu e do outro pela interpelação da língua pela língua na história do sujeito. In: INDURSKY, Freda & LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (org.) **ANÁLISE DO DISCURSO NO BRASIL: MAPEANDO CONCEITOS, CONFRONTANDO LIMITES**. São Carlos: Claraluz, 2007.

SABATO, Ernesto. A resistência. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.

WEBLER, Darlene. A autogestão na perspectiva da Análise do Discurso. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.